



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA**

AMÓS PEREIRA MACENA DE MELO

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PRIVAÇÃO AO DIREITO À
CIDADE DA POPULAÇÃO POBRE EM JOÃO PESSOA - PB**

JOÃO PESSOA- PB

2019

AMÓS PEREIRA MACENA DE MELO

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PRIVAÇÃO AO DIREITO À
CIDADE DA POPULAÇÃO POBRE EM JOÃO PESSOA- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito de avaliação ao término do curso de Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Paraíba, na área da Geografia Urbana, com o orientador Profº Dr. Rafael de Pádua.

JOÃO PESSOA-PB

2019

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

M528s Melo, Amós Pereira Macena de.

A segregação socioespacial como privação ao direito à cidade da população pobre em João Pessoa / Amós Pereira Macena de Melo. - João Pessoa, 2019.

85 f. : il.

Orientação: Rafael Faleiros de Padua.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Segregação socioespacial. 2. Direito à cidade. 3. População pobre. 4. Moradia digna. I. Padua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/CCEN

ANEXO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)

AMOS PEREIRA MACENA DE MELO


() cumpriu () não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UFPB somos de parecer (X) favorável () desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PRIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE DA POPULAÇÃO POBRE EM JOÃO PESSOA

Nota final obtida: 9,0

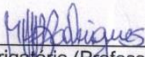
João Pessoa, 16 de SETEMBRO de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

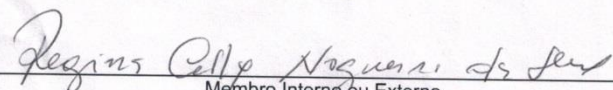


Professor Orientador

Professor Co- Orientador (Caso exista)



Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)



Membro Interno ou Externo

AGRADECIMENTOS

Minha caminhada na Geografia foi mais longa que o habitual, cheguei aqui em 2013 e tento a conclusão em 2019, em meio a tudo isso convivi com felicidades e decepções com o curso, com colegas e com pessoas externas. Mas, aqui estou eu escrevendo essa parte dos agradecimentos e lembrando toda a história que percorri para chegar até aqui, sei que não foi fácil, mas sinto que estou concluindo o ciclo. Lembro-me que dentro do curso nunca fui o aluno nota 10, o mais esforçado ou o mais inteligente, acabei reprovando muitas vezes em algumas cadeiras, algo que chegava a me desmotivar e até pensar em desistir do curso, mas tive a ajuda de várias pessoas que não deixaram com que isso acontecesse e me motivaram até o último minuto para continuar, a essas pessoas dedico essa vitória neste capítulo da minha vida.

Primeiramente, agradeço à Deus, creio que sem Ele não teria chegado na metade do curso, pois só Ele sabe o que passei tanto internamente como externamente com os fatores que sempre lutavam contra para não conclusão, uma luta interminável contra a minha mente de que queria me sabotar a todo momento, mas Ele me manteve firme para chegar até aqui. Mesmo distante da igreja, creio que a fé é um dos alicerces que nos move a chegar em determinado ponto e sei que minha fé me ajudou a chegar até esse cais.

Agradeço à Ingrid Diniz, minha noiva, que quando comecei na Geografia ainda era minha namorada, com ela dividi minhas angustias e minhas felicidades, com ela pude me expressar abertamente, coisas que nem aos meus pais falava, senão fosse ela para segurar a minha mão em momentos tão difíceis não sei o que seria de mim. Me encorajou, me mostrou que sou capaz, me deu forças para continuar, me levantou e acima de tudo, deu todo o amor e afeto que alguém poderia oferecer. À você, Ingrid Diniz, nem mesmo todas as palavras do mundo seriam suficientes para demonstrar minha gratidão, sem você eu não seria o que sou hoje, não teria chegado até aqui, não teria sequer terminado meu trabalho. Sua força, garra e ajuda foram de fundamental importância para que eu conseguisse seguir de pé e tentar sempre mais uma vez, mais uma vez, mais uma vez, até eu mesmo acreditar que seria capaz de terminar o curso. Queria poder falar mais, em meio as lágrimas te escrevo isso porque passa um filme em

minha cabeça, tanta coisa vivida e parece que não cai a ficha que estou terminando esse processo, mas graça à Deus vem chegando ao fim. Sim, agradeço à Deus por ter colocado você em minha vida. Conheci Ingrid ainda no colégio, acompanhei sua vida como um singelo espectador, a vi namorar com alguns amigos meus e nunca passará na minha cabeça que um dia nossa história cruzaria novamente. Após terminar o ensino médio e ingressar no ensino superior que conheço ainda mais de perto Ingrid, começamos a namorar, e de espectador viro um personagem fundamental na sua história, assim como ela é na minha vida. Eu te amo meu amor, você é tudo na minha vida. Obrigado por nunca ter desistido de mim.

A meus pais, Alexandra e Antônio, sei que não foi fácil todos esses anos, minha teimosia, muitas vezes minha chatice não deixavam transparecer os sufocos que passava internamente com minhas dores e minhas angústias com a universidade. Mas obrigado por me darem um alicerce firme, que ajudou a construir meu caráter, agradeço à vocês por toda a vida dedicada aos filhos e por fazerem de tudo e mais um pouco para conseguirmos chegar em nossos objetivos. Mesmo com todas as cobranças, todas as brigas, tudo isso só nos juntou mais, nos deu forças para continuar e posso dizer que amo vocês, obrigado por me ajudarem mesmo até sem saber que estavam fazendo isso. Vocês são fundamentais em minha vida.

Agradeço ao meu irmão, Athos Pereira, que hoje inicia sua família com Julya e me deu um sobrinho lindo de nome Gael. Eu fico feliz Athos pelo seu amadurecimento, te ver crescer e hoje construir sua família me mostra o quanto você está preparado para a vida, sei que você conquistará tudo aquilo que almeja. Brigamos muito, nos desentendemos demais, mas vejo o quanto o amor está presente em nós, obrigado meu irmão, esse parágrafo é para agradecer mas também para te parabenizar pela sua vida e seu amadurecimento. Amo você, Julya e Gael, que a felicidade de vocês possa ser eternizada.

Agradeço à Sandra, me estendeu a mão e acreditou no meu potencial, com quem cresci e aprendi a admirar todos os dias da minha vida, mulher de luta e de força, firme em suas decisões e que nunca foge. Obrigado Sandra por fazer parte da minha vida e ser uma parte de Ceci que se foi, enxergo em você várias atitudes dela, o amor, a honestidade, o temperamento mas acima de tudo, a verdade nas palavras. Obrigado, Sandra, você foi fundamental nessa trajetória.

Agradeço também à Alex, pessoa que não mediu esforços para ir comigo no campo, me apresentou as pessoas, nos levou em cada ponto de estudo, enfrentou o sol quente das 12 da manhã, teve a paciência na coleta dos dados. Alex, sem você esse estudo não teria tanto embasamento, gratidão.

À Juliana, minha psicóloga, que me questionou e ajudou me manter calmo nos momentos de crise de ansiedade que tive por conta desse processo da monografia, obrigado Ju.

Aos meus colegas da Geografia que andaram comigo nesses perrengues da monografia: Mayrink, Kerol, Anny, Analice, Charriere. Pessoas fundamentais para que eu continuasse nessa luta, que juntos dividimos todos os anseios e questionamentos da vida acadêmica mas também nos fortalecemos, pois toda vez que estávamos desabafando percebíamos que a gente não estava sozinho, tínhamos uns aos outros, obrigado.

Agradeço ao Professor Doutor Rafael Padua, um dos grandes professores que tive a honra de conhecer na geografia, sem a motivação dele, a atenção dele, a boa vontade de entender o que queria passar e falar, esse trabalho não sairia do papel. Rafael, foi através da cadeira de Geografia Urbana que comecei a pensar sobre o que queria estudar e como eu queria abordar os contrastes e contradições do urbano para com as pessoas pobres. Quando estava descreditado na Geografia você chega lá, naquela aula a noite numa quarta e sexta feira, estendendo a aula até quase 22 horas da noite, muita das vezes conversando conosco, lendo o livro e dando sua opinião e nos instigando a ter um pensamento mais crítico sobre cada assunto. Rafael, obrigado por pontuar cada detalhe, por abrir meus olhos em tantos momentos, até mesmo quando eu não entendia o que você falava, mas tentava extrair algo que servisse para esse trabalho. Rafael, você acreditou em mim, um professor que mesmo sem saber soube me acolher, quando eu nem pensava que poderia ter um orientador para o trabalho. Logo eu, que nunca tive bolsa, nunca apresentei trabalhos acadêmicos em eventos, mesmo assim, você apostou e se eu consegui desenvolver algo até esse momento, você é um dos responsáveis. Gratidão, Rafael. Nunca esquecerei do que você fez por mim.

À Professora Doutora Fátima Rodrigues, quero dizer a você que passei muita agonia na sua cadeira, quando estava ainda pensando no que ia fazer para a monografia. Não tinha elementos concretos e você estava sempre ali me

questionando, no meu pé para que eu conseguisse desenvolver aquele trabalho. Fátima, foi graças a você que escrevi as primeiras palavras dessa monografia, ainda que bem iniciante, sem muito fundamento, mas você leu, escutou, achou pertinente, me deu alguns cartões, puxões de orelha, mas foi como uma mãe, que ao fim mostrou que eu era capaz. Em todos os lugares que a gente se encontrava você sempre me questionando em que pé andava meu trabalho, sempre me fazendo sentir importante. Nunca vou esquecer uma das frases que você me disse: “Amós, você é um aluno que só funciona na insistência, quando pegamos no seu pé”, pior que acabei vendo que era verdade, viu Fátima?! Se não fosse a sua insistência para que esse trabalho saísse e que eu escrevesse as primeiras páginas, não sei o que seria de mim. Toda gratidão professora, muita honra ter conhecido a senhora e poder está compartilhando desse momento tão especial comigo. Obrigado por não desistir de mim.

A acolhida das pessoas nos lugares que passei no campo, as pessoas do Porto do Capim e da Ocupação Raio da Morada, mesmo com todas as adversidades ali enfrentadas, tiveram um tempo para falar comigo, me descrever com riqueza de detalhes cada momento ali vivido e na construção do espaço.

E por fim, em memória, minha tia Ceci Melo que hoje não está conosco, mas sei que está presente e me observando, dando forças para continuar. Me lembro Ceci, ainda pequeno, passávamos na frente da UFPB e você me falava: “Um dia você ainda vai estudar aqui igual a sua tia”. Infelizmente, você não pôde ver minha aprovação na Universidade Federal da Paraíba, mas hoje, por você eu concluo esse ciclo. Ceci, você cuidou de mim como um filho e eu tinha você como uma mãe, sempre me escutou, me motivou, meu abrigo em momentos de crise, de dificuldade, eu não seria nada sem você. Meu sonho era que você ainda pudesse estar viva para me ver realizando esse sonho nosso, eu nunca desisti e sei que também foi por você. Obrigado, Ceci, você me amou e me cuidou, me preparou e deixou ao meu lado pessoas importantes para a minha formação. Você continua sendo um dos grandes amores da minha vida, você foi e continua sendo importante em todos os momentos. Obrigado, por tudo que você fez da sua vida pela minha, te amo tia!

RESUMO

Este trabalho vem para apresentar um estudo sobre a segregação socioespacial em João Pessoa (PB) e como isso acarreta na privação ao direito à cidade da população pobre, levando em consideração a perspectiva de cada morador (a) do espaço estudado. O trabalho tem seu início abordando de forma geral o conceito de segregação, após, por camadas vai se configurando e entrelaçando a segregação juntamente com a violência e a pobreza, como esse processo intensifica mais nesses dois pontos, identificando como a população pobre é afetada diretamente. Metodologicamente, está apoiado em levantamentos bibliográficos e trabalhos de campo nos lugares estudados. Com a abordagem geral sobre segregação, dividindo em camadas e explicando como ela se insere dentro da violência e a pobreza, chegamos na parte da vivência, abordando as experiências de vida dos moradores apreendendo de que forma chegaram e construíram sua vida cotidiana naquele espaço onde vivem. No caso de João Pessoa, esse processo parte de uma forma desordenada, mas que se pensado de uma forma mais crítica pode-se observar uma organização praticada pelo próprio Estado e pelo mercado, fazendo com que as pessoas pobres ocupem espaços segregados, sem serviços públicos que os abasteçam na tentativa de se sentirem parte da cidade. O estudo foi feito na Vila Nassau, comunidade ribeirinha, localizada no Varadouro, Centro Histórico da cidade, e que há vários anos vem sofrendo com a tentativa de relocação para um outro espaço distante. Estudamos também a comunidade Raio da Morada, localizada no bairro do Roger, aonde há 3 anos, famílias lutam por uma moradia digna e ao mesmo tempo tentam sobreviver às investidas violentas da Prefeitura Municipal para a sua retirada do local. Concluindo, através da fala dos moradores (as) procuramos identificar e buscar uma solução para essa segregação. Essa solução pode ser alcançada através da conquista da moradia digna e de qualidade, com o respeito à história da população no seu local de vivência e convergência ao meio habitado. Um trabalho conjunto entre os poderes públicos e a população, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-Chave: Segregação socioespacial. Direito à cidade. População pobre. Moradia digna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrada de terra que dá acesso a ocupação raio da morada.....	32
Figura 2: Na foto pode-se observar a estrutura de algumas casas da ocupação, em primeiro plano à direita, vemos casas feitas de papelão, madeira e outros objetos de baixa qualidade.....	33
Figura 3: A mistura da lama com o lixo gera um dos grandes potenciais para a proliferação de doenças para a comunidade, que convivem a todo momento com essa exposição.....	35
Figura 4: Comércio de galego, morador da ocupação que possui um pequeno comércio informal.....	36
Figura 5: População da ocupação põe fogo em objetos para impedir que funcionários da SEDURB avancem.....	37
Figura 6: Parlamentar conversando com os moradores da ocupação.	38
Figura 7: Comissão de moradores a espera da reunião.	39
Figura 8: Reunião ocorrida no dia 1 de Junho de 2017, com a secretária Socorro Gadelha e os moradores da ocupação raio da morada.	40
Figura 9: Comissão de moradores, juntamente com assessoria da vereadora em reunião com o secretário adjunto de habitação do município de João Pessoa (SEMHAB).....	41
Figura 10: Em imagem mais antiga do Google Earth, podemos observar a existência do pequeno lago artificial, e ainda sem a presença da ocupação Raio da Morada.	43
Figura 11: Já na segunda foto, do Google Mapas, podemos observar a terraplanagem desse pequeno lago e a existência da ocupação Raio da Morada, na parte de baixo da foto.....	45
Figura 12: Construção do conjunto habitacional ao lado da ocupação. Podemos observar no canto direito a construção de uma rua.	44
Figura 13: Ocupação raio da morada, na foto podemos ver a altura do mato, um poste improvisado para levar energia em algumas casa.	47
Figura 14: Frente da casa da Moradora 3, na foto podemos observa uma caminhonete velha, usada para frete dos moradores da região, o chão de terra, a linha do trem.....	51

Figura 15: Na foto podemos observar a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), onde todos os dias passa o trem de Santa Rita até Cabedelo, a comunidade da Vila Nassau reside ao lado, ocupando galpões e construindo suas casas.	54
Figura 16: Entrada da Vila Nassau, na foto podemos ver a estrutura de algumas casas, a metade da rua calçada e outra metade de terra.	55
Figura 17: Foto tirada da linha férrea que mostra morador do Porto saindo para o trabalho informal na venda de vassouras.....	56
Figura 18: Moradoras do Porto do Capim e Vila Nassau presentes no debate sobre o Centro Histórico na Câmara Municipal de João Pessoa.	58
Figura 19: Moradora do Porto do Capim fala sobre a luta dos moradores pela permanência no espaço.	59
Figura 20: Mesa composta por moradores do Porto e Vila Nassau, advogados e parlamentar. Na fala, o procurador do Ministério Público Federal.....	60
Figura 21: Moradora da Vila Nassau apresenta as problemáticas da população na área.	61
Figura 22: Comissão de moradores do Porto do Capim com a secretaria de saúde Ana Geovana, parlamentar local e a gerência da unidade de saúde da região do varadouro.	62
Figura 23: No muro do galpão que dá a entrada na Vila Nassau os dizeres, ainda que apagados, “Nassau clama”	65
Figura 24: Rua Vila Nassau, na foto é vista do seu final, uma parte de areia e mais à frente calçada, dos dois lados podemos ver a formação das casas, ao lado esquerdo os muros são erguidos com pedaços de madeira, lona, papelão, ao lado direito, casa com tijolo.	66
Figura 25: Pequena vila onde restam poucas casas de pé, podemos ver no chão restos dos tijolos da demolição das casas.	67
Figura 26: Restos de tijolos de uma casa que ficava nesse espaço na Vila Nassau.	68
Figura 27: Córrego que fica exposto e onde Moradora 5 nos relata que dejetos da Lagoa passam para o mangue.....	68
Figura 28: Entulhos deixados pelos os agentes da SEDURB perto da área de mata.	69

Figura 29: Na foto podemos ver que os entulhos não foram retirados, mais à frente o resto da construção do antigo cais do Porto de Varadouro, no chão podemos observar árvores cortadas ao redor do espaço, mostrando como agiram os agentes da SEDURB na Vila Nassau.	70
Figura 30: As casa de tijolos e em suas frente os entulhos das demolições feitas, a Prefeitura não se preocupa em limpar o lugar para os moradores, ajudando a proliferação de doenças.	71
Figura 31: Nos entulhos podemos observar mão registradas, de pessoas que residiam no lugar e tiveram que ser relocadas do Porto do Capim.	71
Figura 32: Casas dos filhos da Moradora 4, apontadas na entrevista.....	73
Figura 33: Corredor que dá acesso à casa da Moradora 5.	75
Figura 34: Quintal da Moradora 5, onde podemos ver a convivência constante da moradora com o mangue e o Rio Paraíba.....	76
Figura 35: Vista do quintal da Moradora 5, a relação das pessoas do Porto do Capim e Vila Nassau com mangue e o rio.	77
Figura 36: Última foto tirada do quintal da Moradora 5, pois demonstra bem a vista que os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau sonham em ver todos os dias.	80

LISTA DE ABREVIATURAS

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

PSF – Programa Saúde da Família

SEM HAB – Secretaria Municipal de Habitação Social

CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos

APP – Área de Preservação Permanente

CMJP – Câmara Municipal de João Pessoa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – Segregação de uma forma geral.....	17
1.1- A violência e a segregação	26
1.2 – A pobreza e a segregação	29
CAPÍTULO II - Ocupação Raio da Morada	32
2.1 - As famílias.....	34
2.2 - Serviços e atividades econômicas	34
2.3 - A luta pelo espaço.....	36
2.4 - As mudanças no meio.....	42
2.5 - As lembranças de Moradora 1	46
2.6 - As lembranças da Moradora 2	48
2.7 – Moradora 3 e a sua resistência	50
CAPÍTULO III - O Porto do Capim	53
3.1 - A luta dos moradores da Vila Nassau no Porto do Capim	56
3.2 - Os escombros na história.....	64
3.3 - A história da Moradora 4	72
3.4 - A história da Moradora 5	74
3.5 - A história da Moradora 6 e Moradora 7.....	77
CONSIDERAÇÃO FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial está entrelaçada com outros grandes problemas da nossa sociedade como: violência e pobreza. No Brasil, com o aumento da urbanização a segregação socioespacial acabou acompanhando esse processo, fazendo com que famílias pobres morassem em espaços sem nenhuma infraestrutura, serviços públicos básicos, fazendo com que as famílias pobres fossem morar ainda mais distantes dos centros urbanos, crescendo a falta de qualidade de vida dessa população. A ausência do Estado nas favelas desencadeou grandes obstáculos para a ascensão social de seus moradores.

Em João Pessoa, enquanto a cidade saía do centro histórico e crescia para a cidade alta, a população advinda do interior e de outros estados que não tinham onde morar, começaram a ocupar o espaço do centro, construindo a relação com o lugar e sua história. À procura de novos lugares para promover e dar um novo sentido social, o Estado começa um processo de melhoria e revitalização no centro da cidade, seja no Varadouro ou no Baixo Roger, onde encontra-se o Porto do Capim, mais precisamente a Vila Nassau e a Ocupação Raio da Morada, segregados violentamente, sofrendo com investidas do Estado e setor privado para a relocação da população à um espaço mais distante do centro, para que os lugares onde encontram-se suas moradias deem lugar ao processo de revitalização, que não os incluem como antigos moradores, nessa iniciativa.

O mesmo Estado que no estudo de campo não é enxergado pelos entrevistados sua contribuição na implantação de serviços públicos como água, saneamento básico, saúde e lazer; é o mesmo Estado que vem trazer as melhorias que não incluem essa população pobre. Assim, entendendo como esses processos concretos de mudança da cidade atingem fortemente e segregam de várias formas a população pobre em João Pessoa, fazendo com que não se sintam parte da cidade, pois enxergam que não têm o direito ao acesso, a partir do momento que são negados suas histórias no espaço, suas moradias, suas presenças.

Essa inquietação surgiu através de muito diálogo nas aulas de Geografia Urbana, juntamente com o professor Rafael Pádua, que me fez enxergar as

facetas dessa urbanização violenta, que segrega a população pobre, numa forma de higienização e invisibilização dessas pessoas. Por fim, o presente estudo poder dar voz aos entrevistados, entender a partir de seus discursos sobre o surgimento dos lugares, das habitações, das histórias e como o Estado vem tentando expulsá-los, negando toda uma identificação de territorialidade, de vida. Então, através dos procedimentos metodológicos referências bibliográficas de livros e artigos debatidos nos grupos de estudo de Geografia Urbana e o trabalho de Campo onde pude estar presente nos dois espaços de estudo, conhecendo a história de cada lugar, conversando com os moradores e suas histórias de vida até chegar no lugar onde moram hoje.

CAPITULO I – Segregação de uma forma geral

A segregação socioespacial, é habitualmente analisada não só por seus conteúdos, mas como ela é aplicada através dos poderes públicos e assim agindo na vida das pessoas. A abrangência desse trabalho, que tende ligar a segregação socioespacial com as questões sobre a cidade, o urbano, trazendo outros fatores que desencadeiam através deste processo. E aqui também, analisar não só a violência física sofrida pelos habitantes, mas a violência do Estado, a violência da urbanização, dos promotores imobiliários. Assim, como pudemos observar através do curso de Geografia.

Milton Santos (1993) em urbanização brasileira já revelava uma preocupação com o intenso crescimento urbano dominado pelo setor imobiliário, reforçado pelo sistema capitalista, era mais comum, ver como os espaços estavam se transformando de uma forma vertical, sempre com os interesses dos dominantes, agravando ainda mais o condicionamento da cidade para as algumas classes sociais. Ao analisar esses interesses Santos (1993, p.95), afirma:

Na primeira metade do século [XX], mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui em receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorantes de recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

Os moradores que vivem nas periferias ou nos contextos de segregação social, são privadas à cidade, mas não estão impedidas de ir ao centro, mas sim que essa locomoção é dificultada pela distância, pelo tempo, pelo custo, pelo não pertencimento.

Milton Santos (1993) comenta como a organização de social, funcional e de transporte obedecem a uma lógica que leva os pobres ao distanciamento dos centros urbanos, fazendo com que paguem ainda mais caro em seus deslocamentos, tendo em vista que nas periferias os bens geram muitas despesas.

Os espaços urbanos são frequentemente fragmentados, diferenciando a sua forma, função, moradores e atividades que ali existem para cada população que vive no local. Existem “centros” dentro de centros, com suas características bem definidas com a questão comercial, industrial e de lazer, entre outras. Com

esses polos, os centros conurbados em outros vão se criando e se fragmentando, criando o processo de estigma de cada população moradora do seu espaço urbano.

Pensando o urbano e sua dinâmica, é nítido que alguns lugares tem uma certa valorização em detrimento de outras, essa valorização acontece não só na questão imobiliária, mas tudo que estará em sua volta. E Santos (1993, p. 96) fala sobre:

Aonde as áreas são mais privilegiadas, todo o sistema econômico se move para perto, pois existe uma grande demanda para essa oferta. Criando-se, assim, lugares mais atrativos e mais valorizados, uma seletividade urbana é imposta, se aperfeiçoando as características de cada local aonde ela começará a existir.

E ainda seguindo nessa perspectiva, Milton Santos (1990) relata que o estado transforma-se no criador da escassez; estimulando a questão da especulação e produzindo espaços sem ninguém nas cidades; empurrando a população segregada para periferias. Empobrecendo-os mais, forçando a pagarem pelo transporte coletivo, que é precário. O estado, tem grande responsabilidade nesse processo, pois ao invés de diminuir as diferenças, ele aumenta e criminaliza ainda mais essas pessoas.

Alguns espaços da cidade tem uma melhor infraestrutura, enquanto o outro nem sequer sonhou em ter. Com isso, muitas populações migram e ocupam espaços desabrigados em áreas privilegiadas, a ocupação é uma forma de direito pela moradia. Ocupar um espaço sem uso e o transformar é uma forma de mostrar que essas pessoas existem, elas querem sua identidade e muitas dessas veem a moradia como a grande identidade da vida, ter um lugar para chamar de seu. Não podemos julgá-las, nas áreas de contexto social de privilégios tem educação de qualidade, saneamento básico, água potável, luz, calçamento e na outra ponta, a população invisibilizada não tem uma coleta seletiva do lixo diariamente, vive às margens da miséria, convivendo diariamente com a violência, seja ela do crime organizado ou do Estado, tratamento de esgoto, muito menos água potável. Nessa situação de extremo abandono as pessoas procuram seus próprios meios para tentar mudar de vida.

Ainda pegando esse pensamento, logicamente as áreas com melhor condição de infraestrutura serão mais caras para se viver, valorizadas economicamente pelos setores imobiliários, quanto mais produtos perto do

imóvel existir, mais caro o metro quadrado ficará. Enquanto essas áreas estão bem localizadas geograficamente, os bairros mais pobres estão escanteados na cidade, vivendo à margem, longe da cidade centro, com difícil deslocamento, onde podem encontrar as grandes variedades que o comércio tem a oferecer.

Milton Santos (1993) explica como essas cidades começam a agir internamente, sempre tendo como agente as grandes corporações movidas sobre a questão imobiliária, aonde quanto mais pessoas na cidade, maior a demanda por diversos produtos, que se encaixem em vários grupos diferentes, desde os ricos até aos mais pobres, cada qual sustentando e fazendo essas cidades crescerem.

Esse processo capitalista vai invisibilizando ainda mais a população que vive à margem, nas cidades, a privação do direito à cidade fica gritante quando analisamos o processo econômico e imobiliário, que deixa o cidadão “preso” em um local bem mais distante, pois o mesmo não tem como comprar uma casa com melhor localização. As pessoas vão se aglutinando em espaços pequenos, produzidos como caixas, vivendo e sobrevivendo, trabalhando para pagar sua alimentação, água, luz e sem nenhum tipo de lazer nesses espaços. Sem lazer, o trabalhador padece de opções para tentar se distrair, desde que vive a semana toda trabalhando e sendo explorado de uma forma que o faz nem pensar nessa opção, e sim, em descansar para trabalhar mais uma semana inteira. Sobre a questão da localização dos residenciais populares Santos (1993, p.112), explica:

Os conjuntos residenciais levantados com dinheiro público – mas por firmas privadas – para as classes médias baixas e os pobres se situam quase invariavelmente nas periferias urbanas, a pretexto dos preços mais acessíveis dos terrenos, levando, quando havia pressões, a extensões de serviços públicos como luz, água, às vezes esgotos, pavimentação e transportes, custeados, também, com os mesmos recursos.

O programa Minha Casa, Minha Vida ¹ demonstra como isso funciona, ajudando no crescimento das cidades, das metrópoles, mas levando essa população mais carente para espaços distantes do centro, onde a carência para os serviços públicos básicos é enorme. É preciso ter um grande cuidado e um estudo de área para entender onde se deve implantar os projetos. Será que

¹ Programa que dá sustentabilidade ao processo de mobilidade social, que contribuiu para reduzir o déficit habitacional do país, para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. Criado no Governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2009.

beneficiará uma população que já é escassa dos serviços, colocando-a mais distante? É preciso pensar no bem viver das pessoas, principalmente as pobres.

A segregação também passa por esse momento de retirar moradores de uma área onde o poder público afirma que é de risco, para espaços distantes do centro. É preciso avaliar aonde esse morador de área de risco será realocado, pois, essa mudança implica no seu dia e da sua família. Para que não possa gerar casos onde moradores recebem suas casas, mas pelo simples fato de ser num lugar distante, sem calçamento, boa iluminação, eles resolvem alugar, vender (coisa que é proibido pelo projeto), pois preferiram morar de aluguel num espaço mais perto dos centros, do que ter sua casa própria e viver distante, precisando pegar até 2 ônibus para chegar no ponto final.

Todo essa enumeração de fatores pode ser denominado como segregação, cada vez que distanciam esse povo, dificultando o deslocamento, ao trabalho, estudo, comércio. A escassez dos equipamentos públicos, os ônibus que demoram a passar, os PSFs que não abrem todos os dias, quando abrem não tem médico, pois muitos não querem chegar até determinada área, contribuem com a resistência da população a aderir aos projetos de urbanização do Estado situados nas periferias.

Todos esses fatores estão relacionados também ao preço do solo urbano, quanto mais barato for mais distante estará; quanto mais caro for mais perto dos ambientes de produção estará. Em um breve olhar pela cidade, andando de ônibus ou de carro, podemos sentir na pele essa diferença, do Colinas do Sul ao Altiplano Nobre. Um morador do Colinas do Sul, bairro da zona sul da cidade, demora aproximadamente 1 hora para chegar no centro da cidade de João Pessoa, pegando um ônibus específico que passa de 30 em 30 minutos, lotado, entrando em ruas sem calçamento. Essa é a imagem gritante dessa segregação em nosso espaço.

A periferização e marginalização desses espaços são comuns, principalmente aos olhos do sistema imobiliário do nosso país, quando relatado que tudo vale pelo preço da terra: quanto mais barata, mais distante, quanto mais cara, mais perto. Como um dos fatores dessa segregação é a oposição da periferia com o centro, fica mais claro para nós entendermos, a criação dos centros dentro de um espaço urbano, várias camadas de segregação explicitamente desenvolvidas, onde quem sai mais prejudicado é a população

periférica, segregada, amontoada em condições degradáveis. Esse crescimento, as chamadas “bordas” expandem num processo desenfreado das favelas. Áreas compostas por pessoas pobres, que não tem outra opção para onde ir, senão se concentrar naquele espaço, sem o mínimo de infraestrutura, aprofundando o corte que segrega.

A segregação socioespacial acaba por ser a separação de grupos, seja eles por etnias, grupos sociais dentro de um determinado espaço. A segregação política (a não representatividade das parcelas da população nas instituições dos governos) acaba ajudando a segregação social, fazendo com que um grupo tenha mais privilégios que outros.

Assim, esse grupo com poucos privilégios vai sendo esquecido, e ser esquecido nesse tema é a falta de políticas públicas que ajudam o crescimento da qualidade de vida. Mas, também é preciso analisar que os poderes públicos também são agentes dessa violência que acontece com essa população. É preciso dentro dos movimentos sociais avaliar outras perspectivas dessa transformação social, não só a dependência do Estado. As manifestações, as organizações políticas, as pressões, são meios para adquirir mudanças significativas.

E quanto maior for a diferença de renda, maior será a segregação entre esses diferentes grupos, desigualdade de moradia, acesso aos serviços disponibilizados pelos poderes públicos. Quando uma parte da população rica é priorizada, é nítido que a segregação entre esse espaço e aquele que tem baixa renda, será ainda maior, aumentando ali a falta dos serviços públicos de qualidade, deixando a população ao relento.

Segundo Maricato (2001, p.51), a segregação revela várias contradições da sociedade contemporânea em questão ao espaço geográfico, entre uma delas a favelização dos espaços. Com o alto custo imobiliário, a violência imobiliária, surgem as favelizações, que inseridas nesse contexto também aparecem as ocupações, as casas sem planejamento mínimo. Essa urbanização desenfreada, o sistema imobiliário voraz, a industrialização, são os principais fatores para esse processo.

Com a chegada da modernização, das novas tecnologias, quem não tinha como acompanhar o desenvolvimento foi ficando para trás, a margem, isso aconteceu primeiro nos centros aonde se localiza o urbano e depois foi se

passando para o rural, nas questões dos pequenos produtores agrícolas x grandes empresas agrícolas. Mas falando do urbano, o surgimento da nova classe média afunila, enquanto a centralização do poder cresce e a desigualdade se acentua.

Se voltarmos um pouco podemos entender esse evento através do êxodo que começou na questão rural, com os processos de mecanização do meio rural, o homem sendo substituído pela máquina, assim, se vendo obrigado a buscar meios de sobrevivência no urbano. As principais cidades onde as pessoas do campo escolhiam, eram cidades do Sudeste, a construção de várias cidades da região vão se dá por muitas mãos nordestinas, essas mesmas mãos que foram substituídas pelas máquinas. Passando a buscar por moradia e uma melhor condição de vida em outros espaços, foram a procura das principais cidades para isso, as que mais necessitavam da mão de obra para sua industrialização, para construção de imóveis, concentração de pessoas, contribuindo assim para uma rápida urbanização desses espaços.

Mas não nos enganemos achando que a formação das favelas tem consequência através, somente, da urbanização e industrialização, essa marca histórica vem antes, está relacionado a um outro processo que será debatido um pouco mais a frente: a escravidão. O término do tráfico negreiro e a escravidão estão diretamente ligados à existência das periferias e ocupações irregulares.

Os escravos, quer dizer, os ex-escravos, compunham uma população pobre, sem moradia, sem emprego, procuravam espaços nos morros, perto das zonas que ofereciam empregos. Todo esse processo mostra amontoados de casas, muitas vezes sem nenhuma segurança revelando as consequências dessas desigualdades socioeconômicas que marcaram e ainda marcam muito fortemente o espaço urbano habitado, contribuindo ainda mais para a segregação desse povo, afastando essas pessoas do uso das cidades, impedindo o acesso de lazer, a introdução em projetos culturais, a cidade em que escolheram para viver e criar sua família.

A desigualdade acaba trazendo problemas à cidade. Podemos observar que quem mora em bairros distantes, pobres e em segregação são os que vão gastar mais com transporte público, são os que ficarão mais doentes, tudo isso pela ausência de infraestrutura dos locais onde moram, a falta de saneamento básico, do mínimo de higiene a precariedade contribui para isso. E, para

completar, essa mesma população, será aquela que não terá a mesma qualidade de atendimento nos hospitais públicos, esperando por horas em uma fila para atendimento. A segregação acaba não sendo só o fator de influência mas que aprofunda ainda mais esses problemas.

Lojiline (1997) vai identificar tipos de segregação, observando esse contraste entre o centro e a periferia, centro e os segregados, uma separação ainda mais acentuada entre a moradia dos pobres e as existentes pelas classes privilegiadas; e a separação das funções se dizem respeito ao urbano de forma bem específica: comercial, industrial e residencial. Além disso, podemos identificar o tipo de segregação voluntária, essa que onde o indivíduo decide mudar para áreas onde estão as mesmas pessoas da sua classe.

A ideia sobre segregação acabaria acontecendo, mas seguindo uma análise de organização socioespacial, pode-se perceber que as classes de grande poder aquisitivo ficariam mais perto da centralidade, não necessariamente dos centros. Essa centralidade faz com que eles estivessem mais perto de toda a infraestrutura, toda a movimentação, todo o acesso que a cidade tem a oferecer, já as classes sociais pobres, afastadas dos centros urbanos, e teriam uma dificuldade de locomoção pela cidade, percebendo-se ali uma limpeza social. Não esquecendo que existem construções em áreas periféricas, justamente causando a desigualdade latente e a segregação, muitas das vezes fazendo que essas pessoas saiam de seus lugares, partindo para novos espaços, isso também é violência

Segundo Villaça (2001) os espaços de alta renda têm um histórico de segregação, não se espalhando pela cidade por completo, mas verificando um espaço específico para sua criação, uma determinada área da cidade. Observando que se essa segregação partisse do conceito de dominação social, status, proteção imobiliária uma separação por bairros já valeria para esse processo. Entendendo que áreas onde as classes ricas moram são espaços de privilégios, perto de serviços e de lugares com serviço de alta qualidade, segregando as população pobre que mora ou ocupa esses espaços de privilégios na tentativa de também se beneficiar dos serviços.

As transformações urbanas estão sempre relacionadas a questões políticas, econômicas, culturais, sendo esse espaço urbano a condição do meio em que ele está inserido. A sociedade quando reproduz precisa de um tempo

determinado para isso, em meio a esse tempo, essa produção acaba criando seu espaço próprio, adquirindo uma nova demanda, para novos meios de relações.

O crescimento populacional exponencialmente crescente nas grandes metrópoles foi um dos grandes fatores para a desigualdade, na economia e na questão da infraestrutura ofertado pelas grandes cidades para abrigar essas população que estava chegando. Após 1960, um dos períodos que nosso país começou a adquirir uma população com sua grande concentração nos centros urbanos, muitos desses centros no Sudeste, com a aceleração do êxodo rural², ocorrendo o aglomeramento nos grandes centros.

Com a industrialização e crescimento das cidades tem-se o nascimento de grandes fatores que vão levar a problemáticas dentro do urbano, como: problemas ambientais e sociais. Com a ausência de espaços sem infraestrutura, a questão da segregação socioambiental, moradores vivendo em espaços de grande vulnerabilidade, sujeitos a perderem suas vidas com a vinda de chuvas e outros processos meteorológicos que muitas das vezes agravam a situação do lugar. Outro fator para a vulnerabilidade socioambiental, e que atinge grande parte dos moradores que vivem no meio, são as enchentes, com extensas áreas cobertas no meio urbano com concreto, asfalto, causa a dificuldade da infiltração da água no solo. As chuvas em grandes proporções atingem essas áreas mais vulneráveis, provocando o acúmulo de água nas galerias, invadindo casas comprometendo toda a sua estrutura, onde moradores acabam perdendo seus bens por habitarem nessa situação de vulnerabilidade.

O espaço urbanizado se configura como uma mercadoria, e como tal, vai ser especulada pelo meio imobiliário, definindo um valor de compra e venda, assim, determinando os fatores que levarão a X e Y morarem ou não naquele lugar, aprofundando a segregação. A questão social do espaço se desfaz se tornando algo privativo, e quando falamos dessa privação não é só questão do bem, mas de quem vai ou não poder comprar, andar e viver naquele espaço.

No meio de produção capitalista, os interesses são muitos, sempre visando a questão do lucro, sendo vários os agentes provocadores dessas ações no meio. Sejam eles: grupos sociais, o Estado, o capital, classes dominantes etc.

² A migração do campo por seus habitantes, buscando uma melhor qualidade de vida transferem-se de suas regiões para os centros urbanos, as cidades de médio e grande porte.

Todos têm uma contribuição na formação do espaço, desde as imobiliárias, até mesmo os grupos sociais que estão sendo excluídos e segregados.

O Estado controla os instrumentos de planejamento urbano, regulador, fiscalizador e executor das intervenções em meio a cidade, assim grande agente responsável na mediação dos interesses já citados acima. Embora, seja ele (Estado) representante do povo, votado e instituído pelos que anseiam a mudança na questão da desigualdade, muitas vezes precisa intervir para os interesses particulares que os pressionam. Infelizmente, contrariando o que diz Ermínia Maricato (2002), “nada pode substituir o papel do Estado na garantia de equalização das oportunidades” (MARICATO, 2002, p.173).

Quando criamos um espaço com funções urbanas, acaba surgindo um espaço de atração, assim é a cidade. É nas cidades que existem a maior demanda, oportunidades, renda, tendo uma chance real de mudar de vida. A cidade sem planejamento, começa a demonstrar problemas estruturais, tendo uma determinação para onde ela vai crescer, existindo o privilégio. As populações mais ricas, ficam em áreas privilegiadas, os bairros ricos da cidade, com uma quantidade de serviço bem maior, oferta de comércio, segurança. Os pobres acabam sendo jogados para áreas distantes, segregando. Ao separar os espaços pelas classes sociais, bairros ricos e bairros pobres.

Henri Lefebvre (2001), confirma que o meio social se reproduz conectado às forças produtivas e às relações sociais de produção que nele se realizam. Então, aonde o interesse particular, imobiliário, que visa o lucro se realiza, o espaço social produzido será para o grupo privativo visado por esses, entendendo assim, que nenhum outro grupo poderá usufruir, na questão de moradia, daquele espaço.

O acesso à cidade aos pobres fica dificultado, acarretando problemas. Para as pessoas chegarem ao centro, morando em lugares um pouco mais distantes, a duração é de horas, uma clara amostragem dessa negação da cidade para essa população. As condições precárias, a falta de políticas públicas, a insegurança, são alguns fatores para essa negação do espaço.

1.1- A violência e a segregação

A desconfiança pelas pessoas, o medo de andar nas ruas sozinho, aproveitar o dia, acarreta no crescimento da violência. A população acaba não usufruindo da cidade, os pobres têm esse direito negado, tendo em vista que, dependendo de onde você esteja andando, qual seja o bairro, por ser pobre você é avaliado, julgado, visto como uma ameaça, justamente por essa associação do pobre ao crime, do pobre ao bandido, sempre sendo marginalizado pela sociedade. Sem contar na questão de quando se é pobre e negro, que esse julgamento vem ainda mais forte.

Analisando essa questão de violência e segregação, Soares (2004, p.130) fala que o espaço urbano é um espaço violento, se transformando e adequando. O medo acaba gerando insegurança na vida dessas pessoas pobres na cidade. O que acaba implicando essa privação, essa violência que faz com que eles se vejam privados de certos lugares, como se não tivessem direito de usar o espaço. A diminuição ao acesso dos espaços públicos, de lazer, convivência e convergência; entendendo a logística que quanto mais distante dos centros urbanos, ou até mesmo morando perto do centro mas sofrendo essa violência, fica ainda mais caro de se locomover pela cidade.

O pobre que mora nas favelas acaba sofrendo essa violência institucional, assim, a segregação vê uma estrutura sólida para se manter através desses fatores. Entre algumas das vezes, uma parte dessa população acaba tomando-se pelo ódio, revolta do que acaba vivendo todo dia e, como uma forma de sobrevivência, acaba entrando no mundo do crime, por muitas vezes colocado pela sociedade dois caminhos: a cadeia ou a morte. E, observando um pouco sobre esse lado do encarceramento, entendemos que a justiça age de uma forma que negligencia a população pobre e negra. Precisando, reavaliar as leituras sobre a violência sofrida.

Os apontamentos sobre a segregação mostram que esse problema da criminalidade nas grandes cidades e também as desigualdades como fatores que diminuem as oportunidades da mobilidade social, o acesso ao emprego, provocando um estreitamento dos horizontes de oportunidade. Por isso, uma das importâncias de trabalhos que olhem e deem visibilidade a essa população, que consiga transmitir da sua visão, como eles veem esse processo mesmo não

entendendo academicamente, mas no sentido de vivê-lo. A partir daí, visar melhorias na questão da infraestrutura das favelas e a chegada de equipamentos públicos.

Com a violência também vem a insegurança, e essa acaba atingindo todas e todos, mas quem acaba sofrendo como sempre é a população de baixa renda. Pelo fato de que associam os crimes às favelas, aos moradores, o Estado acaba invadindo o seu espaço, tratando com violência os moradores, os qualificando de uma só forma, atribuindo o tráfico de drogas, os crimes, furtos a essas pessoas. Para Tavares dos Santos (1999), a violência é uma afirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, assim lhe dando o poder de controle, funcionando assim a violência como um dispositivo de controle aberto e que age de forma contínua.

E quando falamos sobre essa violência urbana com os mais pobres, definimos também a sua raça: negra. Um processo histórico e enraizado na nossa cultura e na sociedade, desde o período coloniais nos mostram que a criminalização do povo pobre e negro nunca cessou, por contrário, aumentou ainda mais, podendo dizer que a mídia sensacionalista ajudou a enraizar mais o problema. Tratando o problema de forma vexatória, os humilhando em rede municipal, colocando as situações de violência policial, de mortes, assaltos, drogas fossem vistos como normal para essa parte da população.

A mídia acaba sendo um forte aliado dessa campanha para o preconceito contra o pobre, costumeiramente a TV transmite canais sensacionalistas associando o crime à juventude negra e pobre, tornando esses alvos da sociedade, potencial suspeito em qualquer área que ande. O ódio acaba se instaurando na população, chegando a um ponto de não desejarem a prisão de um criminoso e sim sua morte, o discurso de ódio aflora, ser presente de uma forma comum na sociedade.

A violência urbana surge então como uma atividade de manifestação no meio social. Existindo gradativamente nos espaços, mas no centro urbano a violência cresce fortemente, os desafios de tentar amenizar essa violência, mas os fatores que a ajudam progredir são diversos, entre eles: economia, lugar, política. O Estado é colocado como um potencial agente para a propagação dessa violência, intimidando e coagindo a população, utilizando a polícia como uma arma letal para oprimir esses cidadãos.

Outros fatores para esse movimento de crescimento são: vulnerabilidade social, segregação étnica, racismo, insegurança. Não se resumindo somente a esses fatores, mas juntos, trabalham para que esse processo cresça e possa atingir níveis alarmantes. A questão do bem-estar, um local com meios adequados e funcionais para se viver é um dos fatores para a segurança de uma vida digna.

A raça e a questão social acabam assim sendo uma das principais condições para tornar negros e pobres numa ameaça. Os espaços habitados são segregadores dessa população, os fazendo passar por um grande teste, toda vez que os seus pés tocam certos espaços, estando livre para serem julgados, criminalizados, sujeitos a sofrerem o preconceito, tudo isso porque ser preto e pobre não é visto como algo bom. A disseminação da criminalização, do preconceito com a população é produzido como uma propaganda do medo, e expõe a fragilização ou até mesmo a inexistência de um contato social.

Gomes (2005) relata que nas grandes cidades a questão de criminalidade, o aumento da violência se refletiu na configuração espacial, nessa transformação da paisagem urbana. A cidade acaba se adaptando à violência, a população rica se esconde em suas casas. As residências de alto luxo acabam produzindo prédios com supermercados, academias e outros produtos do meio para que essa população não precisa correr o risco de sair de suas casas.

E é isso, a propagação do medo faz com que as pessoas se escondam, a população rica tem onde se esconder e tem como se proteger, mas a população de baixa renda continua sendo vulnerável nesses espaços. A população de renda mais elevada se esconde atrás de suas câmeras, grades, cercas elétricas, carros blindados. Enquanto a população de baixa renda tenta sobreviver nesses processos de segregação. Tentando desassociar da sua imagem a ameaça, o criminoso, o fugitivo, o suspeito. Sua luta é pela vida, é pelo bem viver e o bem estar.

1.2 – A pobreza e a segregação

Ser pobre no Brasil é um grande desafio. Sobreviver e tentar viver com dignidade e respeito, e mesmo assim ter que carregar traços históricos de estigmas, entre eles: o de vagabundo, marginal, desocupado. Todos esses adjetivos advindos do preconceito enraizado durante anos. A questão de moradia no país é discutido toda hora, onde que a cada dia mais cresce o número de ocupações no país e, com as ocupações, o preconceito só aumenta com essa população. Vistos como criminosos, a população em situação de pobreza seguiu sendo punida justamente por ser o que é: pobre. Ter o seu bem estar, o sonho de ter uma casa, a tranquilidade de acordar de manhã e não saber que será despejado, são esses alguns objetivos que essa população busca para uma vida digna e de qualidade. O medo que sofrem todos os dias da violência institucional, a segregação, da morte.

A população brasileira se constituiu de forma violenta, conforme demonstra a literatura, através de estupros, assassinatos, assim foi a colonização especializada sobre índios e negros, vítimas potenciais dos piores tipos de sofrimento e maus tratos, através dos europeus. Se formando através de uma colonização que deixa suas raízes até hoje, a mistura que existe de povos foi feita com muito sangue, muito choro, muita dor. A democracia racial não existiu naquele tempo e nem existirá enquanto a sociedade caminhar da forma que vem se estruturando. A sobrevivência desse povo nunca foi discutida, na verdade, os excluídos nunca estiveram nos planos dos colonizadores e seus descendentes.

Invisibilizados pelos estigmas, o pobre não é visto em sua essência. Andamos pelas ruas e chega a ser normal passar por um morador em situação de rua e nem perceber que o mesmo estava ali, deitado ou sentado, quieto ou pedindo alguma ajuda. Com o país passando por crises é nítido perceber o número de pessoas em semáforos, crianças, famílias, todos juntos na luta a procura da sobrevivência, por um prato de comida. E, em diversas vezes, olhamos e não acreditamos, não mostramos nenhuma atitude em relação ao que está passando. Em uma análise podemos concluir que a maioria das pessoas em situação de rua, sujeitos da segregação, nas praças, nos semáforos, nas ocupações, são negras. E essa população que carrega na pele e na história do

Brasil a colonização e a segregação, a violência, o estigma, sem direito à viver, apenas a sobreviver, que forma uma massa crescente de despossuídos da terra rural e urbana e que na cidade reivindica o direito à moradia e a cidade.

Então, como podemos pensar que vivemos numa sociedade justa e ainda observamos todas as questões citadas acima? Como conviver com todos esses problemas e não se perguntar se não existe um culpado, o porquê disso acontecer na sua grande maioria com os negros. O medo das elites é enorme, tanto que podemos ver no impedimento ao crescimento da população pobre, de sua emancipação enquanto cidadãos. A invisibilidade, a dificuldade, as barreiras para as conquistas serem obtidas pelas pessoas em situação de pobreza são enormes, desde a questão de moradia até um emprego.

Nos centros urbanos, destacando para a cidade de João Pessoa, que é base do estudo, podemos analisar os ambulantes e a forma como é criminalizado o seu trabalho. Com o poder público fazendo vista grossa, agindo com truculência, inviabilizando a venda dos seus produtos, sempre sofrendo represália. A perseguição que barra a conquista do seu dinheiro e a sobrevivência junto da sua família.

A pobreza não gera visibilidade, a não ser que impeça os planos dos ricos. Os bairros pobres são sempre associados à violência, tráfico e criminalidade. Esse preconceito ajuda a segregar ainda mais a população, sem a existência da empatia, perdendo a visão de humanidade que ainda resta a existir, analisando que por muitas das vezes os moradores em situação de rua ou pobreza, nunca desejaram está passando pelas precariedades existente no meio. A criminalização da pobreza desumaniza, exclui os diferentes, afundando ainda mais quem está embaixo, com a ajuda do Estado, mantendo a ordem da pirâmide, pois quem está em cima, praticamente, não se mexe, permanece intacto, enquanto os pobres vivem à margem.

Na observação do espaço segregado, é preciso sempre está atento com as questões que afligem a população que está sofrendo o ato. A criminalização do pobre e o discurso do opressor, ganhando ainda mais força na mídia sensacionalista, acaba exercendo seu papel fundamental em tudo isso, aprofundando ainda mais o preconceito. O pobre visto como chacota, como um povo que vive só para sofrer, sendo ainda mais estigmatizado, sem uma visão de progresso ou melhoria.

Lefebvre (1970) enfatiza o quanto uma reforma urbana é necessária, assim como uma reforma agrária, a necessidade dessa reforma revolucionária. A reforma urbana questionada é de fato necessária, pois, só assim, observaríamos os avanços na sociedade, sem ele, creio que vamos sucumbir ainda mais, segregando a população pobre, afundando.

Um dos direcionamentos seriam conscientizar a população, com posições firmes de debater e combater esse estigma tão presente na sociedade, fazendo com que a população enxergue que não é pelo ódio que avançaremos para uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso garantir os serviços básicos de atenção e saúde para essa população pobre, marginalizada e que sofre todos os dias ataques do Estado, da mídia. Uma luta sem fim pela vida, pela moradia, pela sobrevivência. Impedir que essa higienização social, étnica, classista passe, abrir os olhos da sociedade para a população que vive à margem tem seus direitos assegurados e é preciso lutar por eles, hoje e sempre.

CAPÍTULO II - Ocupação Raio da Morada

Com o processo industrial, uma urbanização intensa, seguindo a ordem capitalista, o aumento da concentração de pessoas nas cidades de grande e médio porte aumentou, o grande fluxo à procura de trabalho e sobrevivência gerou forte demanda por emprego, moradia, gerando assim problemáticas que através da ineficiência política ainda está longe de ser melhorada. Sem uma estrutura eficaz para a compactação dessa população vinda dos interiores para trabalhar nas cidades, o meio utilizado por esta população foi a ocupação em áreas de periferias, ambientes miseráveis, construindo suas moradias com materiais encontrados nos lixeiros, sucatas, restos de madeiras, metais, plásticos e outros materiais. Tentando extrair mais do espaço, em ambientes insalubres enxergam uma forma de sobreviverem.

A ocupação Raio da Morada, está constituída por 46 famílias, localizada no bairro do Roger, a 3,5 km do centro da cidade, onde começou a história de João Pessoa, perto do Rio Sanhauá, ao lado da linha de trem, no lado esquerdo de quem chega a ocupação existe uma área de mata, onde também é possível observar o mangue e algumas casas construídas perto desse espaço.



Figura 1: Estrada de terra que dá acesso a ocupação raio da morada. Na foto podemos observar a linha do trem, a frente casa sendo construída e atrás a mata e o mangue, como também a estrada alagada pelas chuvas, poças de lama que mostram a insalubridade do espaço. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Para chegar é preciso sair da via asfaltada Av. Ayrton Senna da Silva e acessar passando pela linha do trem a estrada de terra, em meio à rede de esgoto e lixos deixados por todo o caminho, é nítido o entendimento de risco em

que essas famílias vivem, a falta de saneamento básico, água potável, pavimentação, por ser uma ocupação não está coberta pelos serviços básicos como: saúde, transporte a coleta de lixo, ao mesmo tempo que se situa no espaço próximo ao centro, onde está o comércio ativo da cidade de João Pessoa.

A raio da morada é formada por pessoas vindas principalmente do interior do estado ou das cidades vizinhas a João pessoa, onde souberam que o terreno estava sem função social e começaram a levantar as primeiras moradias construídas com papelão, sacolas, madeiras doadas. Inseridas na pobreza, sem privacidade, com a poluição ao seu redor, a vegetação crescendo, a deterioração do lugar reflete a insalubridade de viver numa área segregada. Durante esses 3 anos de ocupação, as pessoas já sofreram a tentativa de despejo para a construção de conjuntos populares, realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da SEDURB (Secretaria de Desenvolvimento Urbano), justificada pela estrutura das residências (de papelão, pequenas, insalubres).



Figura 2: Na foto pode-se observar a estrutura de algumas casas da ocupação, em primeiro plano à direita, vemos casas feitas de papelão, madeira e outros objetos de baixa qualidade. Mais à frente, é visto crianças e uma casa construída de tijolos. Observasse a precariedade do espaço, a vegetação crescendo sem nenhum corte, ajudando a proliferação de animais e doenças
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

O crescimento da comunidade foi acontecendo através de diálogos de conhecidos, migrantes de outros espaços e sem ter onde morar, viam na ocupação um local para se estabelecer enquanto não conseguiam uma casa em

outro bairro ou de condição relacionada a infraestrutura melhor que aquela vivida.

Os moradores mantêm a relação de ajuda um com os outros, visto que suas origens são parecidas, encontrando um elo em comum, seja no desemprego, na situação de pobreza ou na luta dia a dia pela resistência e sobrevivência. Em virtude da condição precária do ambiente, a população acaba tendo uma baixa na qualidade de vida, os colocando na vivência os perigos eminentes, como doenças (vivenciando com o lixo), a insegurança, a vida à margem da sociedade.

2.1 - As famílias

As famílias são compostas em média de quatro a cinco filhos, foi nítido perceber como a gravidez na adolescência estava presente na vida das mulheres, com insegurança no local fazendo-as permanecer dentro das casas, cada vez mais crescendo o número de pessoas morando dentro de uma só casa. Em todas as entrevistas que tive, foram as mulheres que se fizeram presentes para falar sobre a sua história de vida e a história no local, eram elas quem tinham responsabilidade sobre a família e até mesmo pelo sustento da casa, através de benefícios de programas sociais do governo (bolsa família).

A presença masculina no ambiente familiar acaba sendo passageira ou muitas vezes inexistente, atribuindo as mulheres mais que uma tripla jornada, pois fica assegurada para elas os cuidados com os filhos, com a casa e alimentação. E, nas diversas vezes, esse cuidado não é suficiente ou exclusivo, constando a grande quantidade de crianças nas ruas de terra, brincando descalças, muitas vezes de cueca, correndo o risco de contrair doenças, sem muitas opções de lazer, fazendo que entendamos a urgência de ações afirmativas no local para a interação dessa juventude com a cultura.

2.2 - Serviços e atividades econômicas

No espaço não existe PSF (Programa de Saúde da Família), o mais próximo fica a 950 metros, com 12 minutos de caminhada, que é a unidade Roger I, localizada na rua Dezenove de Março, e mesmo assim, para que as

crianças, mulheres, idosos possam ser atendidos nesse espaço, é necessário um diálogo, pois a ocupação é vista como área descampada e sem atendimentos dos profissionais de saúde. Algumas crianças da comunidade estudam, mas não foi possível saber o nome da instituição, tendo em vista que existem as escolas Frei Afonso (estadual), Ana Higina (estadual) e João Coutinho (município), que ficam mais próximas.

As pessoas não dispõem de água canalizada, assim como de energia elétrica, a água é adquirida de forma irregular pelos moradores, as ruas sem pavimentação ficam totalmente alagadas quando ocorrem fortes chuvas na cidade, fora a grande mistura de lama com o lixo deixado nas ruas e sem coleta de lixo frequente, é um dos grandes fatores para a procriação de animais que transmitem doenças.



Figura 3: A mistura da lama com o lixo gera um dos grandes potenciais para a proliferação de doenças para a comunidade, que convivem a todo momento com essa exposição. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

A maioria dos moradores estão desempregados, em relação as mulheres trabalham como domésticas em algumas casas, os homens trabalham em bicos, outros tem pequenos comércios. Com pouca escolaridade, os trabalhadores vivem sem a carteira assinada, submetidos a grandes níveis de exploração para conseguirem um salário mínimo, tentando possibilitar melhores condições para suas famílias.

Devido a uma crise no país, uma parte da população escolheu fazer seu próprio negócio, visando trabalhar para si mesmo, como uma forma de independência, mas esse meio é marcado por inúmeros problemas como um baixo nível de produção, tripla jornada e um pequeno lucro. O único pequeno comércio que existe perto é o de “Galego”, serve também como um bar para a população daquele espaço, bem precário, com uma lona cobrindo o lugar, algumas cadeiras, uma TV, o serviço atendia simplesmente as pessoas locais. Com traços bem comuns e mostrando esse meio de sobrevivência, a partir do momento que seu lucro vem das próprias pessoas da comunidade, quando alguém compra.



Figura 4: Comércio de galego, morador da ocupação que possui um pequeno comércio informal.

Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

2.3 - A luta pelo espaço

Conheci a ocupação raio da morada em 2017, através do meu trabalho como assessor de comunicação da vereadora Sandra Marrocos, parlamentar de João Pessoa. Através do emprego conheci várias favelas da cidade, ocupações e enxergar como essa população sofre violências todos os dias e está na luta por garantias de direitos negados toda uma vida.

Em 2017, recebemos a ligação de que a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), estava

mais uma vez, de forma violenta, tentando derrubar os casebres da ocupação, sem nenhuma ordem judicial, tentando de toda maneira expulsar os moradores do espaço que já estavam habitando durante alguns meses.



Figura 5: População da ocupação põe fogo em objetos para impedir que funcionários da SEDURB avancem.

Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2017.

A população estava muito nervosa, acordou com os funcionários batendo em suas portas e anunciando que iriam passar os tratores por cima das casas pois ali eles não poderiam mais ficar. Então, podendo observar como a segregação estava tão presente na vida dessas pessoas pobres. Sem garantias de direito à moradia, sendo tratadas com violências a través de ameaças. Pois, já não era a primeira vez que aquela intervenção acontecera.



Figura 6: Parlamentar conversando com os moradores da ocupação.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2017.

Após horas de diálogo com a população junto ao poder público, foi acertado que se criaria uma comissão de moradores e juntos com a vereadora se sentariam com a Secretaria Municipal de Habitação Social do Município de João Pessoa (SEMHAB), Socorro Gadelha, visando solucionar a retirada da ocupação da região.



Figura 7: Comissão de moradores a espera da reunião
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2017.



Figura 8: Reunião ocorrida no dia 1 de Junho de 2017, com a secretária Socorro Gadelha e os moradores da ocupação raio da morada.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2017.

Após essa reunião, ficou acordado que a população seguiria ocupando o local sem a importunação da prefeitura até que encontrassem uma solução final. Assim, foi retirada uma nova comissão para que no prazo de 30 dias, encontrassem caminhos para a solução do problemas.



Figura 9: Comissão de moradores, juntamente com assessoria da vereadora em reunião com o secretário adjunto de habitação do município de João Pessoa (SEMHAB), André Coelho, para encaminhar acordos sobre a situação da ocupação e a população ocupante. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2017.

Inicialmente, após nesse encontro, tinha sido definido que fichas cadastrais com a identidade de todos os ocupantes seria entregue, seria feita uma triagem dos mesmos, pela SEMHAB, de forma a identificar quais os acampados obedeciam os critérios de seleção para recebimento de moradias, bem como a posição em que ocupariam de acordo com tais critérios na lista para recebimento de moradias. Nesse momento, André Coelho também se comprometeu que nenhuma nova expulsão seria realizada na ocupação. Assim, decidido que visitas das assistentes sociais ao local da ocupação, de forma a conversar pessoalmente com moradores, conhecendo a situação e finalizando dúvidas sobre o cadastro.

Mas, infelizmente, nenhum desses compromissos foram realmente assegurados e realizados, no mês de Agosto a ocupação Raio da Morada sofreu uma nova tentativa de despejo, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), outra vez sem ordem judicial, na tentativa de destruir as casas e a vida dos moradores. A prefeitura, como poder público, usa do seu poder para aplicar uma violência que segrega a população pobre, expulsando-as das terras sem dar nenhum direcionamento, negando a convivência com o espaço e toda a história das famílias. Como já debatido, o contexto de segregação nesse trabalho, as famílias vivem numa questão de precariedade. O

espaço oferece uma péssima condição aos moradores, como saneamento, saúde, lazer, água e luz, essas duas últimas adquiridas de forma clandestina pela ocupação. Explicando como essa classe mais pobre e segregada é explorada e colocada num contexto de segregação no espaço social, Lefebvre (2001, p.138) diz:

Ela (classe operária) é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. [...] Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada.

A ocupação como forma de conquista da moradia também pode ser explicada por uma ordem (da reprodução social capitalista) mediada pelo estado capitalista. Mas ainda assim, essa conquista de direito fundamental está muito aquém do que esse direito à moradia digna concretamente se refere às pessoas não precisam simplesmente de ajuda para viver, construir suas casas, e sim, elas querem a conquista de direitos. A cidade é vista pelos ocupantes como o ambiente de construção concreta do lugar de moradia às vezes extremamente precária, mas mesmo assim desenvolvendo uma identidade com o espaço, pois apesar da precariedade é a sua obra, sua moradia na cidade. Entendendo, que essa precariedade não é a forma apropriada de se viver, mas também que o despejo, desapropriação aparece como um empobrecimento da vida e também da destruição de uma história.

2.4 - As mudanças no meio

Entre idas e vindas na ocupação, voltei novamente em 2019 para a construção da monografia através da perspectiva e história de vida dos moradores do Raio da Morada. Observei que pouca coisa mudou nesse intervalo de 6 meses, mas algo que chamou atenção é a construção de um conjunto habitacional que será feito onde existia uma pequena lagoa artificial, a Prefeitura fez a o aterramento e a terraplanagem. Segundo moradores presentes no dia das entrevistas, essa obra não contemplaria os ocupantes do Raio da Morada.



Figura 10: Em imagem mais antiga do Google Earth, podemos observar a existência do pequeno lago artificial, e ainda sem a presença da ocupação Raio da Morada.
Fonte: Google Earth, 2016.



Figura 11: Já na segunda foto, do Google Maps, podemos observar a terraplanagem desse pequeno lago e a existência da ocupação Raio da Morada, na parte de baixo da foto. Fonte: Google Maps, 2019.



Figura 12: Construção do conjunto habitacional ao lado da ocupação. Podemos observar no canto direito a construção de uma rua. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Em sites como o Jornal da Paraíba, existem publicações de 2015 informando que a área onde a ocupação Raio da Morada está localizada sofreria com uma grande reurbanização, prevendo a construção de 400 moradias, além de equipamentos como praças e creches. Com obra orçada em 35 milhões, o então secretário da Secretaria Municipal de Habitação Social (SEM HAB), José Mariz, informou a construção no terreno declarado pela prefeitura como utilidade pública. Segundo a matéria, o projeto já estava pronto e aprovado, mas existia um grande impasse, pois o terreno aonde a construção seria feita, tinha sido declarado patrimônio da União, aguardando então liberação por licitação por parte do governo federal, mas que era impossível dizer o início das obras, pelos motivos citados.

Mas, só no ano passado, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, em seu site postagem no dia 03 de novembro de 2018, informou que a obra estava sendo desenvolvida pela Secretaria Municipal de Habitação Social (SEM HAB), e está orçada em mais de 7,3 milhões de reais. E estão previstos no local construção de rede de esgoto e de água, drenagem, pavimentação de ruas, construção de ciclovias, praça com quadra de esportes e anfiteatro, entre outros serviços como: galpão para realização de atividades culturais e recuperação ambiental do local. O conjunto de apartamentos irá contar com 436 unidades e a conclusão da primeira etapa é em julho de 2019. Mas como visto nas fotos, feitas em Agosto de 2019, que aparecem no início desse capítulo, em relação ao informado, nada mudou sobre a infraestrutura, as ruas da ocupação Raio da Morada continuam cheias de buracos, mato crescendo por todos os lados, sem saneamento, moradores correndo risco de vida e saúde, nenhuma melhoria descrita para ser entregue na data estimada foi verdadeira concluída.

Evidenciando bem a discussão de quando existe melhoramento de uma via, da iluminação, do espaço, nunca são para beneficiar a população pobre que está inserida no contexto do espaço. Durante esse 3 anos de luta por moradia na área, juntamente com conversas com a prefeitura nada foi feito para o melhoramento do espaço para essas famílias. Mas, para dar uma nova lógica ao espaço, trazendo melhoras como calçamento e iluminação, o conjunto habitacional serve então para trazer uma nova população, enquanto os ocupantes provavelmente serão expulsos, pois sua presença acaba impedindo o desenvolvimento do espaço, na visão dos gestores públicos.

A luta pelo espaço do Raio da Morada, é uma luta também pela sobrevivência de ocupação estratégica e pontual, mas que evidencia essa luta pelo desenvolvimento, a ineficácia muitas vezes dos poderes governamentais, gerando o espaço para o lucro aos agentes imobiliários. Mas que comece urgentemente o debate sobre o compromisso com essa população pobre, entendendo a pobreza como uma produção da nossa sociedade e carregada de preconceitos e naturalizações. E desnaturalizar a pobreza e a produção do lugar onde vivem os pobres.

2.5 - As lembranças de Moradora 1³

Moradora 1, hoje com 62 anos, relata que veio morar na ocupação Raio da Morada em 2019. Ela com o seu marido, tem 4 filhos e 3 netos, contando ao total de 9 pessoas vivendo juntos num mesmo espaço. O seu barraco foi construído com lona preta e com produtos encontrados em lixos ou que as pessoas não utilizavam mais. Moradora 1, recorda como era seu barraco: “a nossa casa era feita de lona, muito frágil, eu e meu marido, junto com as pessoas da comunidade levantamos ele”. Moradora 1 relembra que passou apenas 4 meses na ocupação Raio da Morada, pois em um grande período de chuvas na região o barraco onde sua família morava desabou e parte da estrutura caiu em cima dos seus netos. Moradora 1, em seu depoimento revela o quanto foi desesperador para ela ver seus netos naquela situação difícil, apenas crianças que ainda estavam começando suas vidas, mas já estavam passando por tantos sacrifícios e dificuldades, e continua: “Depois que nosso barraco caiu precisamos sair de lá, não conseguia ver o sofrimento dos meus netos”.

Assim, o depoimento da Moradora 1 nos revela os grandes desafios e dificuldades enfrentados ao longo desse tempo vivendo em ocupações, as precariedades do espaço, precisando construir um barraco que mal conseguia ficar de pé e ainda assim tinha que se preocupar com a segurança de que a casa não iria cair, vivendo com medo a todo momento, mas também sem enxergar uma saída que não fosse aquela naquele período. Nos mostrando como a segregação é violenta, faz com que as pessoas passem por diversos desafios a procura pela moradia, pela terra, como esse processo inibe esses moradores,

³ Nesse momento começaremos a usar o termo “moradora 1, 2, 3...” para identificar os entrevistados, preservando a identidade de cada pessoa que concedeu a entrevista.

fazendo-os não se sentirem parte da cidade, aptos a viver a cidade, pois não conseguem, muitas vezes, sobreviver nesse lugar escolhido para tentar sobreviver.



Figura 13: Ocupação raio da morada, na foto podemos ver a altura do mato, um poste improvisado para levar energia em algumas casas. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Moradora 1 ainda revela a precariedade do lugar em que viveu, se sentia mal com aquilo, por não ter uma casa, algo para chamar de seu, com muito sofrimento contava essa história de luta por sua casa, tantos anos passando por vários lugares, mas nunca um espaço que pudesse permanecer pelo resto de sua vida. Moradora 1 atualmente, mora em uma pequena vila com 8 pessoas da sua família, em um pequeno quarto que mal cabem suas coisas, no bairro do Roger, muito próxima da ocupação (150 metros), onde paga aluguel de 200 reais e esse é o único dinheiro que eles tem para sobreviver e usam para pagar esse quarto, mesmo pequeno mas ela se sente mais “segura”. Quando ela fala sobre seus netos, percebe-se como é triste ter que vê-los nessa situação, mas não era seu desejo e quando pergunto se seus netos estudam ela destaca “os meus netos estudam e tem tempo que não tem nada para comer em casa e eles pedem para irem logo para a escola, pois lá oferecem merenda para as crianças”.

Quando perguntada para ela o que é ter sua casa, Moradora 1 fala: “é um sonho”. E através desse depoimento precisamos entender a complexidade que muitas famílias vivem hoje em dia na cidade, vivendo em lugares subumanos, sem o mínimo de recursos possíveis para viver, mas tentando sobreviver todos

os dias. É necessário que não vejamos isso como natural, não romantizar essa questão do sonho de ter uma casa, como fator e necessária que essas pessoas passem por todos esses momentos para conseguir.

2.6 - As lembranças da Moradora 2

A Moradora 2 é a nossa segunda entrevistada, a conheci ainda em 2017 quando a Prefeitura fazia a primeira tentativa de expulsão dos ocupantes. Moradora da ocupação durante 3 anos, Moradora 2 hoje vive de aluguel na vila onde Moradora 1 (nossa primeira entrevistada) também mora. Moradora 2 relata que sua história começa no interior do estado, ela não nos revela a cidade mas fala que já tinha sido contemplada uma vez com a casa no programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, mas com problemas com seu ex-marido teve que fugir do local e vir morar em João Pessoa.

Moradora 2 faz uma linha histórica de sua vida em busca da sua casa: “no começo eu pagava aluguel, mas soube que o local (onde hoje é a ocupação) estava sendo ocupado por algumas famílias e resolvi ir também”. Ela e as pessoas da ocupação construíram primeiro uma cozinha comunitária, colocando energia ilegal e perfuraram um cano para conseguir a água. Moradora 2 fala que no começo as primeiras famílias não dormiam no espaço. Então, passado um tempo, os moradores começaram a levantar seus barracos na ocupação, bem devagar, pois os objetos que eles usavam para erguer as casas eram pegos nas ruas, em lixões, sucatas. Descrevendo o lugar, Moradora 2 diz: “Lá não tinha esgoto, água ou luz. A ocupação não tinha segurança, no começo eram 20 famílias, nós perfuramos o cano para ter água e fizemos um só banheiro para todas as famílias”.

Conversando, Moradora 2 mostra muitas vezes indignação de como as pessoas vivem na raia da moradia, ela destaca que entre as famílias, poucos possuem um emprego e ninguém tem carteira assinada. Sobre as características das famílias, Moradora 2 nos diz que algumas tem mais de 7 filhos, onde nenhum dos responsáveis sequer trabalham. Adiantando o assunto, ela chama nossa atenção de como muitas vezes conseguiam sobreviver: “A nossa sorte muitas das vezes eram que pessoas da igreja Assembleia, que ficava perto da ocupação vinham para nos dar cesta básica”.

Como já debatido no decorrer deste capítulo sobre os serviços ofertados na ocupação, Moradora 2 reforça que os agentes de saúde não chegavam a ir lá, vistos como área descampada, eles não tem a seguridade de política públicas de saúde para a área. Assim, revelando a total invisibilidade dessas famílias para o município, não eram considerados moradores, não tinham o direito a assistência à saúde, não se sentiam parte do meio. Eles estavam ali, ocupando, tentando sobreviver e, ao mesmo tempo, ao olhos dos outros eram invisíveis, onde uma hora sumiriam sem deixar nada para contar as suas histórias.

No seu depoimento, Moradora 2 fala: “As pessoas responsáveis pela habitação na prefeitura não estão nem ai para a gente, somos tratados como lixo, sempre fomos conversar, acertava algo, mas nunca era cumprido”. Então, como forma de desocupar o espaço da ocupação, a Prefeitura Municipal de João Pessoa oferecia um aluguel social de até 150 reais. O aluguel social está previsto em lei nº 8.742/93, juntamente com o decreto nº 6.307/07, falando sobre as famílias que terão o direito em receber o benefício. O valor concedido vai de acordo com a situação de cada família e pode chegar até 500 reais. Em um comparativo de valores, percebe-se o quanto o agente públicos não estavam pensando no bem viver das pessoas, oferecendo bem menos do que se é possível para alugar um quarto ou tentar sobreviver. E Moradora 2 ainda fala que até o benefício sair os ocupantes seriam obrigados a sair da ocupação, sendo que muitas pessoas vinham do interior e não teriam aonde ficar esperando. Moradora 2, com muita tristeza no fala: “Nós não queríamos viver daquela maneira, mas era a única forma de sobreviver”.

Segundo Moradora 2, os representantes da Prefeitura disseram que com o aluguel social as famílias da ocupação raio da morada seriam realocados para o bairro do Colinas do Sul, que fica na zona sul da cidade, visto por muito tempo como um espaço vazio na cidade e que agora está recebendo uma grande população, com a construção da Perimetral Sul, que permite os carros da Br cortarem por dentro de João Pessoa e chegarem mais rápido ao seu destino, o bairro do Colinas vem sofrendo várias mudanças em sua malha viária e especulação imobiliária. Mas, nas palavras de Moradora 2: “É muito distante, a nossa vontade é ficar perto do centro. Nós, mesmo morando perto do centro da cidade continuamos desempregadas, imagina morando distante”.

Após terminada a entrevista, continuamos conversando e Moradora 2 nos revela um fato triste dessa sua história na luta por uma casa, na luta contra a segregação violenta que divide, expulsa, ameaça e até mata as pessoas pobres todos os dias. Ela chegou a perder um filho de 5 anos em outra ocupação em que ela morava no Bairro das Indústrias (zona sul), o seu filho tinha saído para brincar de pegar goiabas em um espaço de mata aberta, quando sem saber a criança pegou em uma cerca elétrica clandestina e acabou morrendo pelo descarga elétrica.

Quando perguntado para Moradora 2 o que é ter uma casa, ela nos diz: “Um sonho. Você ter um lugar para morar, dormir, ninguém vai te tirar dali. Com uma moradia eu posso até comer um ovo sossegada”. Na fala da Moradora 2, podemos perceber como a ação do Estado para coagir e ameaçar as pessoas pobres, vendo o lugar como algo geométrico, devem ser acessados por novas camadas da sociedade, possuindo uma nova função de recursos, algo estático, tendo serventia apenas para obtenção de lucro, onde a vida das pessoas pobres é descartada como algo que não tem valor algum.

2.7 – Moradora 3 e a sua resistência

Moradora da ocupação há 3 anos, Moradora 3 tem 32 anos e nos revela que chegou naquele espaço sem nada. Em conversa com conhecidos, Moradora 3 soube que estava acontecendo uma ocupação no baixo Roger e foi atrás para em sua visão “demarcar um pedaço de chão para viver”. Em suas palavras, ela diz: “Estava vivendo de aluguel, mas não estava conseguindo sobreviver”. O marido de Moradora 3 faz bicos para ganhar algum dinheiro, ela tem 5 filhos (3 meninas e 2 meninos), desde Abril de 2016 está com sua família ocupando o espaço.

Quando chegamos na casa da Moradora 3 percebemos que é uma casa de chão batido que foi melhorado com a ajuda de alguns ocupantes. A água e a energia são irregulares, a estrutura da sua casa também é feita de materiais recicláveis, lixo ou de algo encontrado na rua. Percebemos que no interior tem uma tv pequena ligada a um fio que passava pela frente da casa. Seus filhos estavam se arrumando para ir à escola, as filhas que aprontavam as crianças, o marido observava toda a entrevista de dentro da casa e não falava nada, muito

menos demonstrava que queria participar ou contar um pouco da história. Percebo então como as mulheres tomam frente na luta contra a segregação cometida pelo Estado, servem como o grande alicerce de força e de resistência.



Figura 14: Frente da casa da Moradora 3, na foto podemos observa uma caminhonete velha, usada para frete dos moradores da região, o chão de terra, a linha do trem. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Em seu relato, Moradora 3 diz que uma parte dos primeiros moradores da ocupação raio da morada já foram embora, mas que muitos está em outras ocupações pela cidade. E com raiva, revela sua insatisfação com o tratamento recebido pelos ocupantes e ressalta “espero muito que algum órgão público possa olhar para essa população”. Moradora 3 nos conta que poucas vezes em que os representantes da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) chegaram a conversar com os ocupantes, foi para oferecer na primeira vez o aluguel social para apenas 12 famílias, mas os moradores não aceitaram, pois na ocupação existem 47 famílias. Ela ressalva: “Aqui, todos lutam por todos, não vamos sair sem que todas essas pessoas possam ser beneficiadas. Possuímos carinho pelos nossos vizinhos e que acabaram se tornando amigos”.

Ainda falando sobre os serviços da ocupação, Moradora 3 revela que todas as vezes que precisou levar seus filhos no PSF do Roger I, precisou mentir, pois onde as pessoas moram é visto como área descampada e não tem nome da rua, então sem essas informações, muitos moradores da ocupação não foram atendidos. Sobre as tentativas de retirada, Moradora 3 diz: “Nós já sofremos

várias tentativas de despejo através da prefeitura, falavam que aqui não é lugar para se morar mas também nunca davam uma outra opção para os moradores”. Reforçando ainda mais esse ambiente de segregação, Moradora 3 nos conta que um dos principais momentos de lazer das crianças é poder ver o trem passar todos os dias. Ela mesmo, afirma que fica com muito medo pois as crianças não tem noção do perigo que é brincar perto da linha do trem e tem medo de perder seu filho por isso.

Quando perguntada sua opinião sobre o local onde mora, ela diz: “A prioridade na minha vida é ter uma moradia digna. É muito ruim não ter uma estrutura, viver num esgoto a céu aberto. Muitos querem nos retirar, mas não querem saber o que passamos todos os dias para sobreviver”.

CAPÍTULO III - O Porto do Capim

Assim como a cidade de João Pessoa, o Porto do Capim nasceu às margens do Rio Sanhauá, local de origem da cidade, no bairro do Varadouro, no centro histórico. Antes mesmo de ser Porto do Capim, o espaço era conhecido como Porto do Varadouro, segundo moradores, ali seria construído o grande porto da cidade, mas devido ao grande crescimento urbano em torno, no século XIX, comprometeu toda a navegação da área, acontecendo o assoreamento dos Rios Paraíba e Sanhauá.

A população relata que com a tentativa da construção do Porto a vegetação nativa em sua maioria acabou sendo destruída, assim como o mangue, que nas entrevistas é falado que voltou a nascer depois que a população ribeirinha começou a morar e preservar todo o espaço que hoje é o Porto do Capim. É preciso entender que o Porto do Capim está dividido em 4 áreas: Vila Nassau, Porto do Capim, Praça XV e Courtume.

Em detrimento da desativação do que até então seria o Porto do Varadouro, a área do Porto do Capim começou a se esvaziar, tendo em vista que o comércio agora visava a cidade alta e cada vez mais as construção seguiam em direção ao centro da cidade. Nesse processo de esvaziamento, as famílias dos moradores vindos do interior e até mesmo de outros Estados para ajudar na construção do antigo porto começam a ocupar os galpões deixados e a áreas do seu entorno, assim, tornando aquele lugar como suas novas residências. Como fala Gonçalves (2014, p.17), que quando o processo da construção do grande Porto é abandonado, esses espaços vazios deixados começaram a ser ocupados pelas famílias dos trabalhadores ligados a construção ou aos grandes comércios que deixaram o espaço, seguindo ao esvaziamento dessa parte do centro histórico.

A região de Porto do Capim, foi e é um grande local de comércio informal e empresarial, perdurando até hoje como um ponto estratégico da cidade. Com o grande projeto portuário desativado, a cidade começou sua construção em direção ao centro abandonando o centro histórico. Andando pelas ruas do Porto é possível ver os prédios ocupados pela área empresarial no ramo da venda de madeiras e na rua de acesso à Vila Nassau é possível observar que existe todo

um comércio voltado a questão de automóveis, na manutenção, pintura e venda de carros.

Localizada numa área de grande movimento, o Porto do Capim está num ponto estratégico da cidade, ao lado da Vila Nassau fica a Companhia Brasileira de Trens Urbano (CBTU), no percurso de 1 km fica a Rodoviária de João Pessoa e o Centro de Integração. Assim, podemos entender o quanto a localização do porto é diversa e extremamente importante para os moradores. Ao mesmo tempo que estão na convivência com o Rio Sanhauá, o mangue, a vegetação, também estão inseridos no comércio e o urbano, conciliando tudo isso e entendendo que não podem apenas ser definidos como uma simples comunidade.



Figura 15: Na foto podemos observar a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), onde todos os dias passa o trem de Santa Rita até Cabedelo, a comunidade da Vila Nassau reside ao lado, ocupando galpões e construindo suas casas. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Assim, os moradores da Vila Nassau tem o entendimento que a decisão de não sair do espaço, não é apenas do desejo, mas de toda a história que reside ali, dos seus avós, bisavós, uma linhagem que leva de geração em geração, a convivência e convergência com o espaço habitado, que a partir da ocupação dos primeiros moradores deram função social para área, preservando e cultivando essa identificação com o território para as próximas gerações que virão, não deixando a história do Porto sumir.

A comunidade que reside na Vila Nassau, Porto do Capim, tem uma longa história com o espaço habitado, são mais 60 anos vivendo na área, mesmo sem

políticas públicas que trouxessem melhorias para o espaço, os moradores conseguiram se consolidar e firmaram seus pés no mangue, entrelaçando um grande elo com o rio, fauna e flora. Como já dito neste capítulo, o próprio mangue voltou a existir após a construção da comunidade. Durante os anos, a comunidade ribeirinha preservou todo o espaço, ajudando a reconstruir muito do que foi destruído com a tentativa de construção do antigo porto, fortalecendo ainda mais laços entre os moradores, onde é nítido perceber esse espaço de vizinhos, amigos, estimulando ainda mais essa luta da identidade com o Porto.



Figura 16: Entrada da Vila Nassau, na foto podemos ver a estrutura de algumas casas, a metade da rua calçada e outra metade de terra.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Os vínculos criados na Vila Nassau não é de agora, como contado, os moradores construíram toda sua história no Porto, seus bisavós, avós viveram ali e ensinaram a amar aquele lugar, cuidar e não deixar que nada e nem ninguém destruísse aquele patrimônio. Em conversa com moradoras, é nítido que a vontade de todas é continuar vivendo ali, onde também criaram seus filhos, querem criar seus netos, eternizando esse laço de cultura, de respeito e identificação com o território de seus ancestrais. Muitas das entrevistadas

revelam que seus antepassados deram início a criação do Porto, descrevendo como era o espaço muito antes de hoje existir a pavimentação das avenidas, o comércio dos automóveis, as madeireiras, trazendo com riqueza de detalhes o entendimento de como é importante ocupar o Porto do Capim, mostrando que existe vida, existe cultura, tem gente de verdade vivendo e preservando a área.

3.1 - A luta dos moradores da Vila Nassau no Porto do Capim

A Vila Nassau, assim como boa parte do Porto do Capim, é constituída de famílias ribeirinhas, trabalhadores do comércio e informais, crianças, estudantes universitários, uma gama de diversidade assim como o lugar que os abriga. Para chegar a Vila Nassau é preciso percorrer pela rua João Suassuna até o cruzamento da linha férrea da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e entrar a esquerda na rua denominada Vila Nassau, uma rua repleta ao seu lado direito do comércio de automóveis, na questão de pintura, conserto e até mesmo venda de carros.



Figura 17: Foto tirada da linha férrea que mostra morador do Porto saindo para o trabalho informal na venda de vassouras.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Conheci a Vila Nassau em Março de 2019, no dia em que a questão da desocupação dos moradores da área veio à tona para toda a sociedade civil, que até então esse processo vinha desencadeando durante anos, mas os moradores nunca acharam que ele seria posto em prática de maneira tão incisiva como feito pelo Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Na manhã desse dia, pelos relatos dos moradores, agentes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) bateram na casa das pessoas para apresentar uma notificação, nesse papel continha a informação que os moradores teriam até 48 horas para desocuparem suas casas, pois estavam em uma Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Paraíba. E segundo algumas pessoas, no texto falava que esse prazo era improrrogável o descumprimento acarretaria em medidas ainda mais fortes.

Como descrito neste capítulo, o Porto do Capim e a Vila Nassau é uma área ocupada há mais de 50 anos, onde seus primeiros moradores foram trabalhadores vindos do interior ou de outros Estados que vieram trabalhar na construção do Porto de Varadouro, mas após o seu cancelamento por motivos de assoreamento dos rios Paraíba e Sanhauá, sem ter para onde ir essas pessoas começaram a ocupar os galpões deixados pelos comércios que seriam levantados na área e construir suas casas no que hoje é chamado Porto do Capim e Vila Nassau. Então, do dia pra noite, a Prefeitura Municipal de João Pessoa nega toda uma história de convivência com o meio, onde os moradores criaram laços com seus vizinhos, com o território, onde até mesmo através deles o mangue começou a crescer, pois preservaram aquela área.

A partir desse momento, os moradores começam uma verdadeira batalha pela permanência na Vila Nassau, através do meu trabalho de assessor de uma vereadora local, pude está presente em alguns espaços que tiveram como pauta principal, a discussão sobre o Porto do Capim e as famílias ribeirinhas e como é importante a permanência dessas pessoas que trazem em suas falas e lembranças registros vivos de toda a história do local, uma história de anos, trazidas pelos seus ancestrais e que agora era responsabilidade deles levar para o conhecimento de toda a população de João Pessoa.

Um dos primeiros momentos públicos que pude está presente foi no dia 27 de março em uma Audiência Pública, na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), onde um vereador local promoveu o debate sobre o centro histórico da

cidade que se estendeu para a população do Porto do Capim e Vila Nassau, que naquele momento estavam lutando contra a Prefeitura para não serem despejados de suas casas.



Figura 18: Moradoras do Porto do Capim e Vila Nassau presentes no debate sobre o Centro Histórico na Câmara Municipal de João Pessoa.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.



Figura 19: Moradora do Porto do Capim fala sobre a luta dos moradores pela permanência no espaço.

Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Se fizeram presentes na reunião órgãos governamentais e sociedade civil, representando a Prefeitura Municipal de João Pessoa esteve o Secretário de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), Zennedy Bezerra, mas que em um ato de desrespeito para com os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau, se retirou da mesa, sem ter dialogado com a população mostrando meios para uma solução coletiva, que não fosse a expulsão das pessoas de suas casas. Em um ato de arrogância como o do secretário, mostra como a Prefeitura vem tratando os moradores do Porto e Vila Nassau, sem nenhum diálogo, simplesmente tem o desejo de tirar a pessoas do seu espaço de história e coloca-las em lugares distantes, casas geometricamente projetadas, tentando requalificar a vida dessas pessoas, fazendo com que elas se adequem a um novo lugar, uma nova história, negando todo o vivido e aprendizado no Porto.

No dia 4 de junho, estive presenciando um ato da comunidade Porto do Capim e Vila Nassau, foi uma coletiva de imprensa com órgãos de defesa cidadã, mostrando a unidade com a população que durante anos, mas que em 2019 vem sofrendo fortemente com ações da Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), abusos psicológicos, intimidações e até mesmo manipulação para que os moradores deixem essa área.



Figura 20: Mesa composta por moradores do Porto e Vila Nassau, advogados e parlamentar. Na fala, o procurador do Ministério Público Federal.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

O debate partiu do entendimento que os moradores do Porto e Vila Nassau é um povo tradicional ribeirinho, que tem direitos e proteção vigente em leis brasileiras. A posição das pessoas no debate era de ficar no espaço, preservando tudo o que eles fizeram e que se caso fosse construir o parque ecológico que inclui-se as famílias nesse projeto, não as excluindo, segregando, como forma de higienizar o espaço, dando uma nova lógica a ele, retirando essas pessoas de suas casas.



Figura 21: Moradora da Vila Nassau apresenta as problemáticas da população na área.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Em um outro momento com os moradores do Porto do Capim, estive presente no diálogo para a obtenção de um PSF (Posto de Saúde da Família) na área do Porto. Em relatos, os moradores falam que é muito difícil sair de suas casas e chegar no PSF que contempla todo o Varadouro está localizado na Av. General Osório, no centro da cidade, em uma distância de 1,2 km, mas que esse percurso é cheio de ladeiras compostas pelo centro histórico da cidade. Na fala, moradores relatam que idosos e gestantes já chegaram a passar mal quando iam em direção ao PSF, quando chegavam no lugar a pressão estava alta, sentiam falta de ar e, que era um desejo de anos a construção de uma unidade dentro do Porto do Capim, para que os moradores não precisassem sofrer tanto para conseguir um atendimento.



Figura 22: Comissão de moradores do Porto do Capim com a secretária de saúde Ana Geovana, parlamentar local e a gerência da unidade de saúde da região do varadouro. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo 2019.

Na reunião ficou o encaminhamento de que no início do mês de Setembro, uma equipe de saúde composta por médicos, técnicos de enfermagem iriam atender uma vez por semana o público prioritário (gestantes, idosos e crianças). A população demonstrou sua indignação por não ter uma unidade de saúde perto, para que elas não precisassem sair no sol e subir tantas ladeiras para conseguir um atendimento, relataram o quanto é difícil viver assim, pessoas idosas, doentes e que não podem sair de suas casas pois o posto é distante e, caso saiam passam mal no meio do caminho. Uma das formas da segregação é a falta de serviços públicos para as comunidades mais pobres da cidade. Na questão da saúde principalmente, pois a maioria desses moradores correm riscos todos os dias, pois a área não tem saneamento básico, muitas vezes a coleta do lixo não chega no espaço, deixando o ambiente propício para os animais que transmitem doenças. Os moradores relatam que já existiram outras conversas mas que nunca chega na concretização do que eles pedem, se

sentem ignorados, invisíveis para a gestão, pois a falta desses serviços básicos faz com que essa população fique vulnerável.

Essa parte do capítulo buscamos apresentar a luta dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau pela permanência nesse espaço histórico de vivência, na qual há mais de 50 anos vem preservando e mantendo o mangue, a vida, a cultura do lugar. Com uma linha de acontecimentos visando mostrar o quanto essa população, através de demandas populares, audiências públicas, atos em prol do Porto e Vila Nassau, reuniões com secretários da Prefeitura Municipal de João Pessoa, vem buscando o diálogo e tentando abrir os olhos das pessoas sobre a importância e permanecer preservando o Porto do Capim. Ao mesmo tempo que a Prefeitura muitas vezes nega ou se abdica dessa conversa, tentando ter a razão de que o melhor para essas famílias é a sua retirada do espaço, onde será revitalizado e construído um grande parque Ecológico. As famílias lutam contra, pois na visão dele, é negado toda essa vivência conquistada por seus ancestrais, passada para eles e que seu desejo é para os netos e as futuras gerações. O poder público, através da Prefeitura Municipal nega esse direito, a história, se fazendo presente apenas na questão de expulsar a família de suas casas e nunca ter visto o problema de dentro, entendendo todo o contexto de vida e identificação com o território e as famílias.

Em nenhum momento nas falas em audiências, atos, conversas com representantes, foi mostrado o quanto a Prefeitura investiu em serviços públicos para a melhoria de vida dessas pessoas no espaço do Porto do Capim e Vila Nassau, mas agora aparecem para retirarem os moradores de suas casas e recolocarem em um outro espaço onde essa identificação com território, a questão da vizinhança, do compadrio não está presente.

3.2 - Os escombros na história

Voltei ao Porto do Capim em junho de 2019, para colher os dados que serviriam de base para esse trabalho, escutar as pessoas, entender as vivências, a história do Porto e Vila Nassau, o porquê das pessoas quererem continuar lá, a visão delas de como essa relocação, expulsão ou como queiram chamar, atinge de maneira decisiva em suas vidas. Como esse processo de segregação partindo da Prefeitura Municipal de João Pessoa os impede de se sentir parte da cidade, quando de uma hora para outra, chegam para intimar os moradores a saírem de suas casas construídas há mais de 50 anos.

Todo esse processo é motivada pela obra de revitalização que a Prefeitura de João Pessoa pretende fazer no Porto do Capim e Vila Nassau. Na visão do poder público, eles querem produzir um grande Parque Ecológico mas que também funcione como uma arena de evento, comportando mais de 60 mil pessoas, tudo isso onde hoje é a comunidade do Porto do Capim. Esse processo vem perdurando durante mais de 20 anos, entre idas e vindas, entre conversas contínuas e nenhum acerto entre as partes. Para os moradores, o desejo é permanecer nesse espaço, são mais de 50 anos vivendo e conservando a área de mangue, a floresta, o rio, a vivência da vizinhança, das amizades feitas. Para a Prefeitura, as pessoas precisam ser relocadas daquela área pois agora ela passará por uma grande transformação, e essa transformação não pode contar com os moradores.

Esse tipo de política higienista, limpa o espaço onde as pessoas pobres viviam e dá uma nova lógica para poder comportar um novo nível de classe social. Essa política que nega toda a história contada neste capítulo, classificando esses moradores como uma simples “comunidade ribeirinha”. Quando Santos (1993, p.113) fala sobre o projeto da C.U.R.A, são operações de renovação nos centros urbanos com o intuito de ativas a especulação imobiliária naquele espaço, expulsando a população preexistente dando uma nova lógica aquela espaço da cidade, entendendo o porquê da Prefeitura querer retirar os moradores do Porto daquele espaço. O Porto do Capim e Vila Nassau estão em uma área estratégica da cidade, perto da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), da Rodoviária de João Pessoa, Centro de Integração de

Passagem e além disso, num espaço cultural e histórico grandioso da nossa cidade, o centro histórico.

A Prefeitura tenta refazer o Porto e a Vila Nassau, trazendo modernidade a área, não pensando em uma forma de unir o melhoramento do espaço com a beneficiação nas vidas dos moradores da Porto do Capim. E pensando nesse processo de modernização da área, Motta (2000, p. 258) explica que o processo de modernização do espaço é para o preenchimento com novos moradores de classe média, considerando o espaço como um modelo cenográfico. Assim, o gestores públicos desprezam todo o contexto cultural conservando durante os mais de 50 anos, realocando a população pobre para espaços distantes do centro da cidade, numa tentativa de esconder a pobreza, e os anos de esquecimentos dos serviços públicos na área para beneficiar a população moradora do Porto do Capim e Vila Nassau.

Na construção do trabalho visitei a Vila Nassau ao lado de Alex, um dos grandes defensores pela permanência da população naquela área, logo na chegada percebo como a resistência da população está em todos os lugares, seja escrito nas paredes, nos gestos dos moradores, na produção do espaço.



Figura 23: No muro do galpão que dá a entrada na Vila Nassau os dizeres, ainda que apagados, “Nassau clama”.

Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Caminhando na rua metade asfaltada e metade terra, percebe-se como o poder público pouco olhou para esse espaço, para chegar nesse momento e

dizer que as pessoas precisam sair de suas casas e ali, onde elas moravam e construíram sua história passará por uma grande revitalização, modernização e toda essa melhoria que eles sempre esperavam não irá contar com a presença dos moradores.



Figura 24: Rua Vila Nassau, na foto é vista do seu final, uma parte de areia e mais à frente calçada, dos dois lados podemos ver a formação das casas, ao lado esquerdo os muros são erguidos com pedaços de madeira, lona, papelão, ao lado direito, casa com tijolo. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

É nítido como a comunidade Vila Nassau vem sofrendo com a intimidação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em relato dos moradores falam que de maneira oportunista através de seus representantes chegaram na comunidade Vila Nassau e pediram para as pessoas assinarem papéis, muitos moradores assinaram pois não sabem ler. Após a assinatura as pessoas tinham suas casas derrubadas e para elas era dada um aluguel social no valor de 200 reais. Os moradores que não assinaram começaram a se mobilizar procurando pessoas que os apoiassem e então começou essa grande batalha que se perpetua até hoje pela permanência no território.

Sou apresentado a Moradora 5, uma das pessoas que está frente da luta pela permanência dos moradores da Vila Nassau no espaço, ao entrar na única da rua da comunidade, é possível encontrar o fiteiro em que Moradora 5 vende suco, bolo, balas, café, é através do trabalho informal que ela mantém sua casa e fica se perguntando se for retirada do espaço como vai poder manter sua

família, pois seu fiteiro já é conhecido pelos moradores e é único na rua que tem alguns mantimentos, fazendo com que a população não ande muito para achar o que é preciso.

Caminhando na Vila Nassau, ela nos mostra como a Prefeitura vem agindo e coagindo as pessoas a saírem de suas casas para que a obra de revitalização possa andar o mais depressa possível, caminhando podemos observar uma pequena vila onde quase todas as casas já foram demolidas, restando apenas alguns moradores resistentes que tentam permanecer de todas as maneiras na luta por sua moradia.



Figura 25: Pequena vila onde restam poucas casas de pé, podemos ver no chão restos dos tijolos da demolição das casas.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Saindo da parte calçada da rua, entramos no espaço que mais à frente se dá a grande mata e ao mangue, mas no trajeto podemos observar ainda mais destruição causa pelo órgão municipal na tentativa violenta de expulsar a população do meio, como uma forma de coagir e intimidar, mostrando que a qualquer momento pode ser a vez de outras famílias terem suas casas destruídas.



Figura 26: Restos de tijolos de uma casa que ficava nesse espaço na Vila Nassau.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Em uma determinada área, já perto da mata, Moradora 5 nos mostra um córrego onde passa o esgoto, ela nos relata que dali vem rejeitos da Lagoa, Parque Sólon de Lucena, que está diretamente sendo jogados no mangue, com a falta de saneamento básico, as famílias ficam expostas a problemas de saúde com o esgoto a céu aberto correndo ao lado de suas casas, sem o calçamento, a vegetação crescendo, um risco para os idosos e as crianças.



Figura 27: Córrego que fica exposto e onde Moradora 5 nos relata que dejetos da Lagoa passam para o mangue.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

E então chegamos na área de mata, mesma área que dias antes agentes da Secretaria de Desenvolvimento Urbanos (SEDURB) por ordem do Ministério Público foram retirar os entulhos das casas demolidas e que estavam servindo como proliferação de ratos e insetos. Acontece que chegando lá, os agentes começaram a cortar várias árvores e a vegetações do mangue, sem sequer retirarem os entulhos. Provocando um crime ambiental de destruição do mangue, como tática desumana de intimidação para com os moradores da Vila Nassau, tentando afetá-los de todas as maneiras. Mostrando como de forma violenta e com táticas muitas vezes sujas, o poder público tenta expulsar a população pobre de seu espaço de origem.



Figura 28: Entulhos deixados pelos os agentes da SEDURB perto da área de mata. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Como uma área de mangue, quanto mais andamos por alguns entulhos e chegamos perto da mata, é possível ver os pequenos caranguejos que atuam por ali, percebendo também como os moradores conseguiram preservar a identidade daquele espaço e até mesmo renovando ainda mais com seus cuidados e com identificação pelo território. Retirar todas essas pessoas de lá sem reconhecer que elas precisam estar inseridas nesse processo, é negar toda a histórica de construção cultural e de vivência do Porto do Capim e Vila Nassau.



Figura 29: Na foto podemos ver que os entulhos não foram retirados, mais à frente o resto da construção do antigo cais do Porto de Varadouro, no chão podemos observar árvores cortadas ao redor do espaço, mostrando como agiram os agentes da SEDURB na Vila Nassau. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Voltando desse momento de conhecimento e entendimento de como a segregação vem atingindo os moradores da Vila Nassau de uma forma violenta, podemos observar como o espaço vem sendo modificado de forma brusca, através do escombros percebemos tristeza, a história e a vida das pessoas estavam ali no chão, destruídas em nenhum remorso ou compaixão pelo que tinha de mais sagrado, pelo pertencimento do lugar. Entendendo que os órgãos públicos nunca chegaram a ver o problema de dentro, na visão dos moradores, entender suas indagações e dar meios para que houvesse melhorias no espaço, simplesmente acharam como deveria ser feito essa intervenção e estão fazendo, com o entendimento de que a relocação é a melhor opção para os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau.



Figura 30: As casa de tijolos e em suas frente os entulhos das demolições feitas, a Prefeitura não se preocupa em limpar o lugar para os moradores, ajudando a proliferação de doenças. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.



Figura 31: Nos entulhos podemos observar mão registradas, de pessoas que residiam no lugar e tiveram que ser relocadas do Porto do Capim. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

As intervenções feitas na Vila Nassau acabam interferindo na vida das pessoas diretamente, influenciando e motivando a sua saída do espaço. Com os novos acordos imobiliários e econômicos sendo assinados para área, a população no Porto do Capim e Vila Nassau sofre uma segregação, impedindo

o sentimento de pertencimento à cidade, ao meio, a forma violenta em que a Prefeitura Municipal de João Pessoa atinge essas famílias, faz com que elas percebam que é feio elas continuarem no lugar mesmo que resistam para continuar ali. A luta por essas famílias é de não serem invisibilizadas, não deixar que a sua luta possa ser derrotada, que a história continua a ser contada e que as gerações que virão conserve tudo isso. A segregação tenta separar a população do Porto do Capim, fazendo com que de uma forma higienista esse espaço habitada seja revitalizado para novas classes sociais possam utilizá-lo e que a população existente ali possa ser relocada para espaços distantes onde nunca tiveram identificação com o território. É o direito a cidade sendo negado todos os dias a população pobre, fazendo parecer que elas não merecem ser beneficiadas por completo, toda a tentativa de crescimento dessa população é vetada, cessada de uma forma violenta e intimidadora.

3.3 - A história da Moradora 4

Na nossa segunda visita para as fotografias do espaço, percebemos que existia uma equipe do Jornal “A união” fazendo entrevistas com algumas moradoras, na área onde dias atrás os agentes da SEDURB cortaram algumas árvores, aproveitando o momento pude entrevistar também essas moradoras e contar suas histórias no Porto do Capim, entendendo essa convivência e convergência com o Porto e os porquês de não deixar esse lugar que contém tanta história de seus antepassados e que os moradores querem deixar para as futuras gerações. A primeira entrevistada que conheço é Moradora 4.

Moradora 4, hoje com 59 anos, relata que sua história no Porto do Capim começa com a vinda do avô de seu esposo, que trabalhava na capitania dos portos, em Natal, e foi transferido para João Pessoa, para trabalhar na construção do Porto de Varadouro, que após o cancelamento da construção virou o Porto do Capim. Em seu depoimento, Moradora 4 revela que não existia o mangue quando os primeiros moradores chegaram no espaço, ela relata: “O mangue veio existir depois que os primeiros moradores chegaram, onde conservaram a área e continuamos essa conservação até hoje”.

Moradora 4 relata com muita indignação a maneira com que a Prefeitura de João Pessoa tenta suas investidas para a retirada da população ribeirinha da

Vila Nassau, na concepção da Moradora 4, “negam a história das famílias aqui, eu convivo com há anos e ensinei meus filhos a respeitarem esse lugar, tanto que todos os 4 moram aqui e quero que meu neto cresça vivendo e respeitando o mangue, a mata e os animais”, ela nos mostra as casas onde cada um dos seus filhos moram.



Figura 32: Casas dos filhos da Moradora 4, apontadas na entrevista. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

E Moradora 4 ainda reforça o seu pensamento, “A melhoria para o Porto precisa vim, mas que seja a melhora com o saneamento básico (que não existe), a instalação de um PSF perto para os moradores”. Mostrando que o poder público nunca visou aquele espaço para trazer melhorias para população, e quando pretende revitalizar a área os moradores também não estarão inseridos. A resistência dos moradores do Porto e Vila Nassau é pela permanência e se possível através de conversas com a Prefeitura e representantes que os moradores possam ser inclusos no processo de revitalização, integrando a melhoria juntamente ao povo que preservou toda essa área que hoje é o Porto do Capim e Vila Nassau. Moradora 4 ressalta: “não quero me meus netos percam essa convivência com a natureza, que eles possam viver tudo que vivi aqui”.

Ainda contando sobre sua história a partir desse processo da derrubada das casas, Moradora 4 nos informa que os representantes da Prefeitura ofereceram um aluguel social para ela no valor de 350 reais, mas ela inconformada fala: “Aonde posso encontrar um imóvel que caiba toda a minha família por 350 reais? Isso é um absurdo”. Segundo a moradora 4, uma das tentativas de relocação era para o bairro do Saturnino de Brito, que fica próximo ao Distrito Industrial, no centro da cidade, mas ela responde: “Esse local fica muito distante para nós, é um verdadeiro buraco, onde não temos identificação com aquele lugar” e termina sua fala de revolta dizendo: “Para a prefeitura é feio ser pobre”, relatando como estava inconformada pela tentativa de retirada dos moradores por serem pobres e não enxergarem que foram esses moradores pobres que preservaram tudo o que a Prefeitura hoje que acabar.

3.4 - A história da Moradora 5

Moradora 5 foi quem nos ajudou com a descrição da Vila Nassau desde começo, quando ela teve um tempo, pudemos sentar para conversar, mas antes disso chama seu filho para ficar no seu pequeno comércio caso apareça alguém para comprar algo na venda. Ela então nos convida para conhecer sua casa, para chegar precisamos passar por uma estreita viela que dá em direção ao mangue, ali encontra-se sua casa.

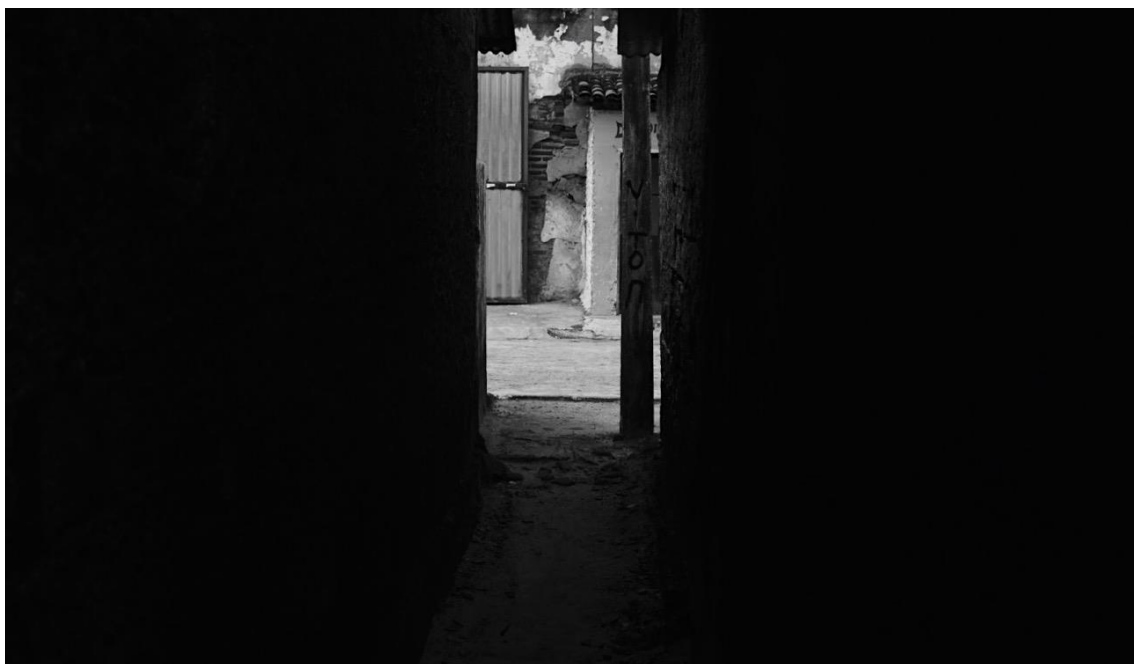


Figura 33: Corredor que dá acesso à casa da Moradora 5.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Moradora 5, descendente dos povos tabajara nos conta que chegou no Porto do Capim quando tinha 19 anos, com seu esposo e seu filho começaram a erguer sua casa perto do mangue. É nítido observar na fala de Moradora 5 muita indignação, de todas as entrevistas ela é que mais se exalta na questão sobre o despejo das famílias, ela nos recorda: “Os representantes da prefeitura chegaram aqui com uma notificação que precisávamos sair em 48 horas, a gente precisava desocupar nossas casas”. Moradora 5 nos fala que acha um absurdo a construção de um “parque ecológico”, questionando: “Um parque ecológico que vai acabar com o mangue, fauna e flora que as pessoas ribeirinhas conservaram tanto tempo?”, e reforça: “Vão acabar com a vidas das pessoas que vivem aqui na Vila Nassau, porque acabar com o Porto é acabar com o sustento da minha família e das famílias que vivem no Porto do Capim e Vila Nassau”.

Ela nos fala que o mangue, o marisco, a pesca, tudo eles preservaram, segundo Moradora 4 existe até um mangue raro de nome Canoé⁴, e que segundo ela: “Tudo isso vai acabar porque a Prefeitura quer acabar com tudo isso”. Indignada, fala: “as famílias podem até sair desse lugar mas que nos

⁴ Conhecido como mangue-preto, é típico nos manguezais brasileiros e auxiliam também na respiração das plantas.

coloquem em um espaço perto de onde a gente morava”, mostrando a identificação dos moradores com o Porto e seu território. A descrição de Moradora 5 e relação com esse lugar nos faz ter entendimento dela não querer sair, podemos ver que o Porto e a Vila Nassau faz parte da sua vida, é como se fosse um membro sendo retirado, sobre a preservação do ambiente ela diz: “aqui consigo fazer o cultivo de remédios naturais como a garrafada, feitos por mim mesma”.

Ao final da entrevista ela nos leva pra conhecer seu quintal, que fica no mangue e de lá tem uma bela vista do Rio Paraíba, então desabafa: “Foi aqui que criei minha família, onde meu filho nasceu. Como podem falar sobre a história de João Pessoa e não contar sobre o Porto do Capim? A história não se acabar, a história do Porto não se acabou”.



Figura 34: Quintal da Moradora 5, onde podemos ver a convivência constante da moradora com o mangue e o Rio Paraíba.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.



Figura 35: Vista do quintal da Moradora 5, a relação das pessoas do Porto do Capim e Vila Nassau com mangue e o rio.
Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

Antes de terminar a entrevista pergunto a Moradora 5 o que é ter sua casa ali no Porto do Capim, e ela me descreve com seus sentimentos: “Ter uma casa aqui para mim é tudo. Nós conversamos uns com os outros, podemos sentar a qualquer hora e ficar sossegados. Desafio qualquer pessoa vir aqui no dia de chuva e ver se a nossa casa enche de água, venha aqui, podem vim!”.

3.5 - A história da Moradora 6 e Moradora 7

Antes de irmos embora da Vila Nassau, temos a felicidade de encontrar com Moradora 6 e Moradora 7, irmãs que estão a anos lutando pela continuidade da história do Porto do Capim e Vila Nassau, através dos moradores, preservando toda a ancestralidade que está presente naquele lugar.

Começando a entrevista Moradora 6 e Moradora 7 nos informa que sua família está residindo no Porto do Capim há mais de 60 anos, elas reforçam:

“São seis décadas de vivências e convergência com esse espaço”. As irmãs são originárias dos povos de ilhas, a origem da família começa na ilha de Xina, depois vão para ilha do Eixo e após o abandono do antigo Porto do Varadouro, o seu avô veio morar no Porto do Capim.

Com Moradora 6 e Moradora 7 tenho uma grande aula de história sobre o Porto do Capim e Vila Nassau, então elas me informam: “Onde hoje é o porto do capim era o principal fluxo portuário da cidade, com as grandes feiras de João Pessoa. Após o abandono do porto pelos antigos empresários, as famílias dos trabalhadores ocuparam a área, dando a característica de moradia”, e terminam: “Surgindo assim a comunidade Porto do Capim, que há mais de 70 anos vive e resiste aqui!”. Durante a entrevista Moradora 6 e Moradora 7 citam outras famílias que estão ainda mais tempo no local, como: Seu Severino, vindo da ilha do Tiriri; Penha, marisqueira e sua irmã Vanda, vindas da ilha de Livramento, mostrando como o território do Porto e Vila Nassau vão além das casas, as gêmeas completam: “Essa relação com os territórios de ilhas, com as croas, rio, mangue, ofício da pesca e para além disso tem o imaginário como as lendas de comadre florzinha; o pai do mangue, que protegem o território vivo”.

Para Moradora 6 e Moradora 7 não se pode contar a história de João Pessoa sem mencionar o Porto do Capim. Elas falam sobre esse fantasma da desocupação que assombra os moradores há mais de 20 anos e contam um pouco como foi e é enfrentar esse problema, falando: “Mesmo com 90% das famílias serem consideradas como moradia de povo tradicional ribeirinho, registrado até por um laudo federal do MPF, não ameniza nossa angústia e o medo de sermos despejadas de nossas casas”. O poder público por meio da prefeitura, acaba negando os direitos adquiridos da população, negligenciando os moradores pobres do Porto do Capim e Vila Nassau.

Moradora 6 e Moradora 7 relatam que a organização no Porto do Capim está refletido através de grupos em defesa desse patrimônio histórico, como: Porto do Capim em Ação, Associação de Mulheres do Porto do Capim, Grupo de Jovens Garças do Sanhauá. E através desses grupos os jovens juntamente com os moradores do Porto e Vila Nassau produzem calendários culturais para fortalecer a convivência da comunidade ocupante e a sociedade, existindo o turismo de base comunitária “Vivenciando o Porto”, projeto que partiu do coletivo de jovens residentes do Porto do Capim, trazendo pessoas e estudantes de

todos os lugares do estado da Paraíba para conhecer o Porto na perspectiva dos moradores que residem ali, fazendo pontos estratégicos de identificação e contando a história de cada espaço.

Sobre o turismo e o meio ambiente no Porto do Capim e Vila Nassau, as irmãs ressaltam em suas falas ainda mais, pois são argumentos usados pela Prefeitura de João Pessoa para a retirada da população, então elas questionam: “Cultura, qual é o povo que não tem cultura? Principalmente quando falamos de um povo tradicional ribeirinho. Turismo? O turismo de base comunitária já é feito pelos moradores. Meio ambiente? O povo é a memória viva de que esse mangue foi recomposto com a chegada dos moradores no espaço”, e continuando o questionamento “A partir da vida em relação de respeito entre as pessoas e o meio ambiente foi que o mangue começou a ser restaurado”. Nesse momento podemos perceber o quanto a vontade de permanecer nesse espaço é de grande importância para esses moradores, não só isso, mas a resistência para existir. E as gêmeas quase finalizando sua fala reforça: “Pode público de João Pessoa, nos respeite, somos parte dessa história, sem a comunidade Porto do Capim, a cidade de João Pessoa não seria o que é hoje”.

Terminando nossa entrevista as irmãs recitam um poema que revela a resistência do povo ribeirinho que deseja e luta pela sua permanência no espaço onde construíram sua história, lutando contra a segregação que intimida e é violenta, buscando parceiros para essa luta e visibilidade para que as pessoas entendam o porquê da luta pela permanência. Poema “Um lugarzinho bem ali”:

“Quando ouvem o seu nome, nem se dá tanta importância assim, Mas se forem mais além, saberás que tudo começou aqui, Quem lá habita é suspeito falar, pois tem tantas riquezas que nos dedos não se pode contar Se caso dúvidas, vem conhecer nosso cantinho Se vier com bondade, em troca muito amor e carinho. De todas ela é única, banhada pelo Rio Sanhauá e os moradores lá afirmam que é nela que querem ficar. Ao se aproximar o fim do dia, o pôr do sol tem o papel de seduzir Nossa gente, nosso bairro, comunidade porto do capim”.



Figura 36: Última foto tirada do quintal da Moradora 5, pois demonstra bem a vista que os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau sonham em ver todos os dias. Fonte: Amós Pereira Macena de Melo, 2019.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A segregação, assim como o sistema capitalista, exclui para incluir de uma nova forma, sempre explorando a classe pobre. E essas pessoas excluídas tem uma característica: são em sua maioria as pessoas pobres e negras. Assim, desencadeando uma cadeia de complicações que historicamente pode ser visto e analisado. Desde os navios negreiros, até a abolição da escravidão, a formação das favelas, a industrialização, processo de urbanização desorganizado ao nosso ver, mas pensando no processo capitalista acredita-se que existe toda uma organização para a população pobre ocupar áreas segregadas, todos esses fatores ajudaram e ajudam a estruturar a segregação da sua forma mais hostil e violenta. As cidades, com o Estado regularizando o setor imobiliário, a especulação imobiliária investe em determinadas áreas, levando melhorias em forma de ações: saneamento, água, luz, lazer, educação; atendendo uma demanda das classes com alto poder aquisitivo, nas áreas de alto padrão. Enquanto, na contramão dessas melhorias, em outros espaços dentro da cidade a população padece com a falta desses investimentos, sem educação, lazer, saneamento e infraestrutura, a população pobre padece, é segregada e vive ao mesmo tempo inserida (enquanto trabalhadora precária e potencial) e também às margens dessa cidade, sendo esquecida.

A cidade acabou se dividindo, a população pobre fica de um lado do muro e a população rica fica do outro. Os muros altos das casas, as cercas elétricas dos prédios, carros blindados dos moradores, tudo se torna vira um atrativo para a segregação. A essa falta de comunicação e contato entre as pessoas de diferentes classes sociais. Tudo que está fora daquele habitat é suspeito, inconveniente, ameaçador. Os acessos em alguns pontos da cidade para o pobre fica inviável, por mais que o direito de ir e vir esteja posto, essa população não se sente parte da cidade. Os olhares, as falas, o pré-julgamento é constante, acaba abalando. O pobre não tem o direito de crescer, é colocado para ele um único papel: de coadjuvante da ação.

Com o passar do tempo, com a expansão das cidades, os limites impostos começam a ser ultrapassados, ficando cada vez mais perto uma população da outra, seja através de moradias regulares ou ocupações. Essa é a constante luta dessa população pelos bens, pela inclusão.

Em uma viagem dentro da própria João Pessoa (PB) é apresentado para nós, no bairro do Roger, a luta da Ocupação Raio da Morada, que há mais de 3 anos vem lutando e buscando forças para vencer a quebra de braço contra a Prefeitura Municipal. Vivendo em condições precárias, aonde falta tudo, menos a coragem de viver e de sonhar com a moradia digna e de qualidade para todos e todas. Assim, mostrando naquele contexto como a segregação socioespacial priva essa população de se sentir agentes e sujeitos da cidade, fazendo acreditar que estão invisíveis aos olhos dos poderes públicos.

Às margens do Rio Sanhauá, banha-se uma comunidade de luta e de garra, que há 70 anos vem preservando a fauna e flora daquele espaço, mas que com o crescimento da urbanização, viu-se numa encruzilhada, a especulação imobiliária chega ao seu espaço e diz que elas precisam sair dali. É negada toda uma história com o meio habitado, a cultura, a moradia, as pessoas, tudo isso não vale mais para os agentes hegemônicos da produção do espaço que querem dominar aquele lugar. O que vale é revitalizar o espaço e construir um grande parque, acabando com tudo que foi construído e preservado durante anos. Algumas famílias então sendo realocadas em bairros distantes, onde não tem a característica da vida que elas levavam.

Assim, ficando claro como essa segregação socioespacial tenta privar essa população de viver. O pobre é visto como algo feio, é preciso higienizar aquela área, para que um novo conceito possa surgir e, assim, dá um novo direcionamento à aquele espaço, servindo uma nova classe social, muito diferente daquela que habitava durante anos ou que está lutando para garantir sua moradia. Entendendo, no trabalho, que a moradia é um bem obrigatório para todos e todas, sem distinção. O objetivo foi enxergar através da fala desses moradores (as) como a segregação atuou e atua até hoje em suas vidas, em algum momento de forma mais leve, mas em boa parte, os agredindo fortemente.

O Estado, os poderes públicos, tem o dever de garantir e fazer a implantação de políticas de inclusão para essa população. Como também, tem o dever de suprir as carências da comunidade, através da saúde, educação, lazer, saneamento e entre outros. Em uma junção com as comunidades, conversar e ver a melhor forma disso acontecer. A nossa luta é visibilizar e mostrar que existem pessoas lutando todos dias pelo sonho da casa própria e a nossa fiscalização quanto sociedade deve ser constante para que esse sonho

se torne realidade. Para acontecer uma evolução, é preciso ter moradia digna e com qualidade para todos e todas, respeitando a história das famílias em cada espaço. A luta, é e sempre será, por uma sociedade justa e igualitária.

Assim, pude ampliar minha visão sobre o objeto de estudo, o espaço habitado, o lugar como identificação do território pelas pessoas que foram ouvidas e que pude dar voz. Numa tentativa de entender melhor como a urbanização funciona para a população pobre, observando os contrastes do dia a dia, enquanto erguem-se grandes prédios pela cidade, à margem disso famílias tentam sobreviver e resistir pelo direito ao lugar, a história, a vida. A geografia me ajudou muito nesse pensamento, me fazendo pensar de uma forma mais crítica sobre esse espaço, andando pelas cidades que pude conhecer durante os anos que fiz o curso, tentei olhar o contraditório, os que não são vistos procurar desvendar os porquês da higienização da população pobre. Entendo assim que esse processo é acarretado por marcas muito mais antigas que desencadearam toda essa segregação socioespacial.

Por fim, por mais que o poder público, através da Prefeitura Municipal e o setor imobiliário tentasse investir nos espaços, tentando expulsar, intimidar, oprimir a população ocupante, suas ações ainda não surtiram efeito por completo, as famílias continuam ocupando os lugares, tentando preservar a história, a luta pela moradia digna e a sensação de se sentirem parte dessa cidade.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço- Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. Tese de livre docência, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2000.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- GONÇALVES, Helena Tavares. **O PORTO E A CASA**: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa. Programa de Pós- Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açucares**: política e economia da Parayba, 1585- 1630. Bauru: EDUSC, 2007.
- GOMES, C. A. C. 2005. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. Salvador. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 7, n. 11, p. 57-67, jan.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES NETO, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NOVAIS, Regina e Vannuchi. Paulo. **Juventude e sociedade**(Orgs.). São Paulo. Editora. Fundação Perseu Abramo, 2004
- SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa**: uma estratégia para a reprodução da capital. São Paulo, 2016.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., 1993. Cap. 11, 12, 13 (páginas 95 a 117).

SOARES, Luiz Eduardo. **Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo**. In VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. In: São Paulo em Perspectiva, v. 13. N. 3. São Paulo Jul/Set. 1999.

SITES

Aluguel Social. **Bolsa Família**, 2019. <<http://calendariobolsafamilia2018.org/aluguel-social/>>. Acesso 23 de ago. 2019.

A prefeitura de João Pessoa vai reurbanizar a comunidade do 'S'. **Jornal da Paraíba**, 2015. <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/prefeitura-de-joao-pessoa-vai-reurbanizar-a-comunidade-do-s.html>. Acesso 29 de ago. 2019.

MPF move ação para que a Prefeitura de João Pessoa paralise obras no Porto do Capim. **Jornal da Paraíba**, 2019. <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/porto-capim-mpf-move-acao-para-que-prefeitura-de-joao-pessoa-paralise-obras.html>>. Acesso em 5 de set. 2019.

OLIVEIRA, Max. Obras de infraestrutura e urbanização da Comunidade do S seguem em ritmo acelerado. **Prefeitura Municipal de João Pessoa**, 2018. <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/obras-de-infraestrutura-e-urbanizacao-da-comunidade-do-s-seguem-em-ritmo-acelerado/>>. Acesso 1 de set. 2019.